

## O REGIME MILITAR: POLÍTICA E ECONOMIA

Heiji Tanaka\*  
André Ulysses de Salis\*

TANAKA, H.; Salis, A. U. O Regime Militar: Política e economia. *Akrópolis*, 12(1): 3-19, 2004

**RESUMO:** O Regime militar implantado em 1964 se perpetuou por 21 anos. A ditadura propriamente dita deu seus primeiros passos de forma branda até tomar o formato da violência institucionalizada através do AI-5. Nos bastidores do poder, porém, travava-se uma outra disputa no interior das Forças Armadas entre os moderados e os radicais linha-dura. O embate entre esses dois grupos definiu os rumos tomados pelo Regime.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regime militar; luta armada; milagre econômico; abertura política; generais presidentes.

### THE MILITARY REGIME: POLITIC AND ECONOMY

TANAKA, H.; Salis, A. U. The Military Regime: Politic And Economy. *Akrópolis*, 12(1): 3-19, 2004

**ABSTRACT:** The military Regime implanted in 1964 was perpetuated by 21 years. The dictatorship gave their first steps in a soft way to take the format of the violence institutionalized through the CPA-5. In the back stages of the power, however, another dispute was locked inside the Armed forces between the moderate ones and the radicals. The collision among those two groups defined the directions taken by the Regime.

**KEY WORDS:** Military regime; armed combat; economical miracle; political opening; generals presidents.

#### Introdução

A geração dos militares que contribuíram com a Revolução de 1930 e endossaram a permanência de Vargas no poder por quinze anos, em 1964 já fazia parte do passado. Ao longo dos anos, Vargas foi se distanciando dos Tenentes como Juarez Távora e Eduardo Gomes que passaram a ser lideranças importantes da oposição ao getulismo durante a República de 46. Os generais leais ao getulismo, como Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro eram apenas lembranças que não deixaram uma influência positiva para as novas gerações. Ao contrário, eram vistos, ironicamente, como golpistas que permitiram a perpetuação do getulismo no cenário político nacional. A República de 46 tentava recuperar uma certa pureza dos ideais do Exército como, por exemplo, a defesa da legalidade e da manutenção da ordem interna. Apesar de todas as evidências em contrário, muitos membros da alta cúpula das Forças Armadas tentavam se desvincular das questões miúdas da política.

Daí, talvez, porque os apelos golpistas durante o populismo tenham fracassado sistematicamente. Motivos de preocupação existiam; porém, a cúpula das Forças Armadas tentava manter o controle da situação. Sendo assim, mesmo em meio a um estado de apreensão geral, Vargas assumiu a presidência em 1950; a posse de Café Filho foi assegurada, apesar de toda precariedade que já era esperada; JK não apenas tomou posse como também pôde conter as revoltas militares que pipocaram durante o seu governo; e, finalmente, a solução do parlamentarismo para que Jango assumisse a presidência foi aceita pela cúpula dos militares que ainda se pautava por uma certa moderação, apesar de todas as restrições que lhe eram feitas. Eram situações que os militares (da cúpula) acreditavam poder contornar dentro da ordem institucional.

No entanto, a partir da década de 50 podia se assistir

a um discreto movimento dos militares na elaboração de uma estratégia de poder que permitisse anular, ao mesmo tempo, tanto o getulismo corporativista quanto a ameaça do comunismo soviético fortalecido com a Segunda Guerra Mundial. O núcleo desses estrategistas seria a Escola Superior de Guerra, criada e regulamentada nos anos de 1948-9 nos moldes do *National War College* dos Estados Unidos. Um dos mentores desse núcleo foi o general Cordeiro de Farias, que havia lutado na Segunda Guerra e se tornara num convicto anti-getulista. A ESG se colocava na posição de um Centro de Altos Estudos Políticos e Geopolíticos voltado à formação dos altos oficiais das Forças Armadas. Ao longo do tempo, nos meios militares, os oficiais que se destacavam na ESG passaram a ser chamados, um tanto pejorativamente, de o “Grupo da Sorbonne”, em referência à Universidade francesa de grande prestígio intelectual no mundo todo. Era uma alusão ao fato de esse grupo se preocupar em discutir com profundidade os temas mais amplos da época como a Guerra Fria ou o papel que o Brasil deveria desempenhar na América do Sul.

É desse grupo de elite entre os militares que saíram líderes como o general Henrique Lott, o próprio Castelo Branco, que se tornará o primeiro presidente militar depois do golpe de 64 e também outro articulador do regime, Golbery do Couto e Silva. Era um núcleo de generais e altos oficiais, a princípio, moderados e que procuravam agir dentro da legalidade, em obediência à ordem institucional. Porém, se a ESG se constituía numa ilha para o pensamento moderado dos militares, essa mesma cúpula se via cada vez mais cercada por oficiais sempre prontos a atender aos apelos golpistas que lhes eram dirigidos por setores civis da sociedade. Apegados à mentalidade tradicional de que os militares deveriam tutelar os civis nos momentos de impasses institucionais, esses oficiais, também de alta patente, muitas vezes não se continham no

\* Docentes de História da Unipar.

desejo de intervir diretamente na ordem política do país. Ao contrário do “Grupo da Sorbonne”, esses oficiais eram vistos como intelectualmente rústicos e radicais em sua mentalidade política, o que lhes valeu o rótulo de “linha dura”. São esses militares que se precipitaram em 1954 na crise do governo Vargas, promoveram rebeliões no governo JK e se anteciparam aos fatos ao tentar impedir a posse de João Goulart.

Porém, quando a posição de Jango tornou-se insustentável, a sua deposição era inevitável e a linha dura, com o apoio de setores civis, antecipara-se em colocar os tanques nas ruas, os moderados intervieram até como forma de manter a sua hegemonia no interior das Forças Armadas. Os moderados acreditavam que um golpe preventivo, afastando Jango da presidência, talvez pudesse ser suficiente para acalmar a linha dura e os vários setores conservadores que nutriam uma grande desconfiança para com o getulismo. É nesse contexto que o grupo de Castelo Branco, então chefe do Estado Maior das Forças Armadas, procura tomar à frente do movimento golpista.

### A Implantação da Ditadura (1964-67)

#### A Tessitura Política do Regime Militar

Castelo Branco assumiu a presidência do país em 15 de abril de 1964. Foi eleito pelo Congresso Nacional por esmagadora maioria dos votos quatro dias antes. A promessa do novo presidente era de restabelecer a normalidade democrática dentro do cronograma estabelecido pela Constituição, ou seja, num primeiro momento a eleição presidencial do ano seguinte estaria assegurada pelas palavras do principal líder dos militares. Todavia, antes da normalização democrática, era preciso depurar o sistema político contaminado pelo getulismo e, ao mesmo tempo, institucionalizar aquele momento político para dar um ar de legitimidade aos militares. Não foi coincidência que as medidas extraordinárias tomadas pelos militares receberam o singelo nome de Atos Institucionais (AI), retirando a conotação mais forte que a palavra “decreto” pudesse suscitar. Esses Atos vinham, ainda, acompanhados de vários outros Atos Complementares (AC), que serviam para expandir a validade dos próprios Atos Institucionais. O que mostrava uma certa preocupação com a legalidade por parte dos golpistas.

Desse modo, antes mesmo da posse de Castelo, havia sido emitido o AI-1 que fixava a escolha indireta do presidente para um mandato tampão até 1965 e também a cassação de vários políticos e ativistas que pudessem ser identificados com o getulismo ou com o janguismo. Na primeira lista de cassados estavam os nomes do próprio Jango, dos governadores Brizola e Arraes, dos ex-presidentes JK, potencial candidato à presidência em 65, e Jânio Quadros e, por fim, de pessoas que participaram dos governos anteriores, como Celso Furtado e Darcy Ribeiro. Era uma espécie de limpeza que os civis da UDN exigiram como contrapartida de sua ativa participação no golpe e que os outros partidos, com exceção do PTB, acabaram engolindo sem muitas reclamações. Os civis, em sua maioria, já estavam se acomodando à nova situação política – o que ficará evidente quando da escolha de Castelo pelo Congresso.

No entanto, se por um lado os civis se acomodavam facilmente às novas condições políticas, o mesmo não acontecia nos meios militares. Nos bastidores das Forças

Armadas estava sendo travada uma silenciosa luta entre os moderados de Castelo e a linha dura comandada pelo então ministro da Guerra, Costa e Silva. O ponto de discórdia, aparentemente, era uma questão de grau. A linha dura pregava que as medidas tomadas por Castelo eram muito brandas e insuficientes para conter o getulismo e, muito menos, a subversão de esquerda que ameaçava levar o país ao abismo de uma guerra civil. Exageros à parte, essa era uma visão compartilhada por muitos oficiais naquele momento político vivido pelo país<sup>8</sup>.

Para a linha dura era preciso, pois, aprofundar ainda mais as medidas de contenção e controle como forma de se precaver contra o retorno da situação caótica que existia anteriormente, quando o poder foi deixado nas mãos dos civis. Era uma opinião corrente nos meios militares que os civis eram incompetentes para governarem o Brasil – mas era algo de que não se falava abertamente. Definitivamente, a linha dura se sentia livre para expor o seu radicalismo – algo que se mostrará extremamente perigoso. A criação do Serviço Nacional de Informações (SNI) encaminhava a situação no sentido de exercer um controle mais efetivo sobre os opositores ao regime, dotando o governo de um serviço de inteligência praticamente inexistente até então, tentando provar para os mais radicais que os moderados tinham o controle sobre a subversão.

Como forma de aplacar os ânimos mais acirrados da linha dura, em meados de 1965 foi decretado o AI-2 que abriu caminho para a implantação, de fato, da ditadura. O AI-2 impunha a prorrogação do mandato de Castelo até março de 1967, ao mesmo tempo que obrigava a uma reordenação do sistema partidário, sendo permitida a existência de apenas dois partidos e, logo depois, o AI-3 determinava que as eleições para presidente e governadores seriam realizadas de forma indireta, com os prefeitos das capitais passando a ser indicados pelos próprios governadores. Em suma, o regime assumia o seu lado autoritário. Foram medidas que desagradaram até mesmo a UDN, crente de que, finalmente, venceria uma eleição presidencial com Lacerda - num cenário político expurgado das forças getulistas que serviram como obstáculo fundamental a esse projeto.

Existe um dado curioso em todo o desenrolar desse processo. Se as eleições indiretas para os cargos do Executivo constituíam-se em atos abertamente ditatoriais, os militares (das duas alas) pareciam se preocupar genuinamente com o caráter legal do regime. Por isso, a instituição do bipartidarismo, em vez de simplesmente suprimir os partidos; a *eleição* indireta de generais que se alternaram no poder, em vez de um poder centrado numa única pessoa. O bipartidarismo, em especial, servia muito mais como um mecanismo para controlar os civis e o irrefreável apetite das oligarquias para usufruir as benesses do poder público. A criação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) serviria para fornecer um amparo institucional à ditadura. A concessão para que o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) exercesse uma oposição moderada, tentava mostrar uma face liberal do regime, mas que logo foi desmascarada.

A fixação do mandato de Castelo também indicava uma preocupação com a institucionalização da ditadura, que evidenciava as reais intenções dos militares de se perpetuarem no poder sem um período definido. A derrota dos moderados ao prorrogar o mandato de Castelo abriu caminho para que

o regime se sustentasse por duas décadas. Se esse projeto político dos militares estava sendo delineado para um futuro a médio prazo, era preciso, então, descaracterizar a ditadura como sendo um governo baseado exclusivamente na figura do ditador, pois geralmente esses regimes enfrentam sérias crises quando é preciso cuidar da sucessão de um governante que se instala no poder por um período muito prolongado. Ao conseguir desvincular-se de um caráter personalista mais evidente, os militares conseguiram impor-se no poder por um período mais longo, ao mesmo tempo que estabeleciam uma espécie de divisão tácita das responsabilidades pelos atos cometidos - e a serem cometidos eventualmente - contra as liberdades políticas da sociedade civil. Sob a ótica dos militares, as medidas extremas eram necessárias e, por isso, deveriam ser tomadas coletivamente, não se constituindo na vontade pessoal de um ditador. Era essa, pelo menos, a impressão, distorcida ou não, que se tentava passar para a sociedade.

Esses ingredientes institucionais vieram acompanhados de elementos não menos curiosos do ponto de vista histórico e político. A relação dos militares com o Congresso Nacional, por exemplo. Ao contrário de Vargas, durante o Estado Novo, os militares fizeram questão de manter as instituições civis funcionando dentro de uma certa normalidade. Nesse caso, o Congresso servia como uma ponte entre os militares e civis - uma relação permeada pela corrupção e pelo clientelismo. Foi o preço que os militares tiveram que pagar pelo apoio das tradicionais oligarquias estaduais. Mesmo assim, o Congresso em funcionamento, os governadores sendo *eleitos*, as Assembléias Legislativas participando de toda farsa, ofereciam um aspecto de normalidade ao regime e, no limite, de legitimidade para a ditadura que se implantava. Parecia que os próprios civis, em sua maioria, concordavam que era preciso uma purificação das instituições políticas que somente os militares com o seu espírito salvacionista poderiam oferecer à nação.

Essa ponte com os civis fica ainda mais nítida na divisão do poder estabelecida pelos militares. Enquanto a presidência era ocupada por um general, a escolha do vice-presidente, quando possível, recaía sobre um civil. Foi assim com os dois primeiros presidentes do regime militar. Castelo teve como vice o político mineiro José Maria Alckmin, uma velha raposa do PSD; Pedro Aleixo, um liberal saído das fileiras da UDN, foi o vice de Costa e Silva, e João Figueiredo, o último dos presidentes-militares, teve como vice o também mineiro Aureliano Chaves, um político formado na ARENA após a decretação do bipartidarismo. O vice de Médici foi o Almirante Augusto Rademaker e de Geisel, o general Adalberto Pereira dos Santos - os dois que presidiram os momentos mais críticos do regime. A impressão que se tem é que o regime militar apreciava o ritualismo como prática política. As eleições no Colégio Eleitoral, os partidos tutelados, um civil na vice-presidência, quando pertinente, tudo parecia fazer parte de um mesmo cenário para dar um ar de respeitabilidade a um regime ditatorial.

Por fim, uma última ironia. Ao longo de toda ditadura militar, não poderia passar despercebida a atuação do Supremo Tribunal Federal. Naturalmente, o STF não poderia fazer muito para evitar a repressão e os casuísmos perpetrados

pelos militares em nome da ordem pública. Até porque não havia o que ser julgado. No entanto, temos que observar, também, a inoperância do nosso Poder Judiciário em toda nossa história e que confirmou o seu papel submisso durante o regime militar, com exceção dos momentos iniciais após o Golpe, o que forçou uma certa depuração nos altos escalões do Judiciário, como, por exemplo, a cassação de Vítor Nunes Leal pelo AI-5. A ironia está justamente no fato de manter o STF, uma instituição de tão elevada relevância, funcionando quando o poder estabelecido se colocava acima de qualquer limite institucional. Para todos os efeitos, continuava a existir os três poderes sustentadores do liberalismo político. Se a atuação do Legislativo e do Judiciário era mais uma ilusão do que qualquer outra coisa, para os militares e os civis engajados no regime isso se constituía num mero detalhe. Como numa miragem, a ilusão se sobrepunha ao que de concreto existia, e a ilusão passava a ser concebida como a própria realidade que deveria ser vivenciada, numa completa inversão da Razão.

### O Modelo Econômico

O autoritarismo reinante a partir de 1964 estendeu os seus tentáculos também em direção à economia nacional. Os limites impostos pelo nacional-desenvolvimentismo já davam sinais de esgotamento desde o governo JK. O que o governo Goulart procurou realizar, de forma bastante inábil, foi contornar a crise de um modelo de desenvolvimento e de financiamento externo que chegava ao seu fim. De certa maneira, JK antecipara algumas medidas que serão retomadas e acentuadas pelo regime militar, especialmente o estímulo à entrada de empresas estrangeiras no país. Com os militares, essas medidas poderão ser tomadas com mais desenvoltura sem constranger os nacionalistas ligados em sua maioria ao getulismo. Mas, para tanto, era preciso criar e aperfeiçoar os mecanismos econômicos com vistas a incentivar a entrada dessas empresas no país, acelerando a substituição de importações e modernizando o parque industrial nacional. Para o bem ou para o mal, o governo Castelo gastou grande parte de suas energias para colocar em prática um conjunto de reformas econômicas que criassem esse ambiente mais acolhedor ao capital estrangeiro. A sua vantagem é que podia tomar as decisões por intermédio de decretos-leis sem se preocupar com os setores eventualmente descontentes com as ações governamentais.

Contando com a colaboração dos ultraliberais, Roberto Campos na Secretaria de Planejamento e Otávio Bulhões na Fazenda, Castelo enveredou pelo caminho das reformas ditas modernizadoras. O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), promoveu alterações substanciais em vários setores da economia, das relações trabalhistas e no financiamento da acumulação de capital pela burguesia nacional e internacional<sup>1</sup>. Entre outras ações, o PAEG propunha:

- A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) em substituição ao sistema anterior de contrato de trabalho baseado na estabilidade no emprego. O FGTS visava facilitar a contratação e dispensa de trabalhadores por parte das empresas de acordo com a variação da conjuntura econômica.

- Criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) para promover a construção de moradia para as classes populares,

<sup>1</sup> Sobre o PAEG ver a interessante obra de Lúcia Goldenstein, *Repensando a dependência*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p.67 e seguintes.

estimulando a construção civil através da concessão de financiamentos de longo prazo e juros baixos. Os fundos do BNH viriam do FGTS (8% da folha de pagamento das empresas) e da Caderneta de Poupança, modalidade de investimento criada pelo governo que remunerava as aplicações com juros anuais de 6% mais a correção da inflação.

- Subsídios diretos às empresas nacionais e estrangeiras via BNDE, através de crédito barato disponível com a captação maciça de recursos no exterior por parte do Estado. O aumento da dívida externa não se constituía em preocupação imediata em função da disponibilidade de recursos por parte dos agentes emprestadores.

- Em 1967, foi criado o Banco Central como meio de controlar a política monetária do governo e oferecer liquidez a todo sistema financeiro nacional. Até então, a emissão de moeda ficava a cargo da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), vinculada ao Banco do Brasil.

Para tentar conter as pressões sociais que poderiam advir por causa das medidas contrárias aos trabalhadores, o governo Castelo fez aprovar o Estatuto da Terra, que concedia inúmeros benefícios aos pequenos proprietários e prometia uma ampla reforma agrária, que jamais veio a ocorrer. Para os trabalhadores urbanos de baixa renda, além da construção de moradias a custo baixo, o PAEG introduziu o PIS/PASEP como um arremedo de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas e bonificações ao servidor público. Além de introduzir o bônus de Natal, mais conhecido como o décimo-terceiro salário, num claro reconhecimento dos baixos salários que eram pagos ao trabalhador brasileiro.

Todas essas medidas estavam ligadas ao compromisso do regime em acelerar a acumulação de capital da burguesia, nacional e estrangeira, em detrimento dos ganhos dos trabalhadores assalariados. O estrito controle sobre os sindicatos e a cooptação de muitos líderes sindicais garantiam o arrocho salarial em níveis compatíveis com as necessidades do capital, ampliando a concentração da renda via subsídios diretos ou indiretos na forma de impostos e outras isenções concedidos pelo próprio poder público. A modernização autoritária mostrava, mais uma vez, a perfeita compatibilidade entre um regime ditatorial que pode colocar em prática algumas medidas econômicas de cunho liberal sob o controle de um poder político arbitrário. Ou seja, necessariamente, o liberalismo econômico e o liberalismo político não precisam caminhar de mãos dadas. Ao contrário, as experiências nos países periféricos têm demonstrado que o liberalismo econômico funciona mais eficazmente quando distante do seu congêneres no campo político. Talvez, essa seja mais uma ironia na história dos países subdesenvolvidos.

## **O Fechamento do Regime (1967-73)**

### **A ascensão da linha dura**

A imposição do nome do general Costa e Silva para suceder Castelo Branco foi uma clara demonstração de força da ala mais radical das Forças Armadas – a chamada linha dura. Era um claro sinal, também, de que os moderados haviam perdido o controle do processo, tornando evidentes as lutas internas no Alto Comando das Forças Armadas. O golpe de 64, que visava tão somente manter a normalidade política até as eleições que ocorreriam no ano seguinte, passou a caminhar por rumos cada vez mais obscuros e incertos. Se

os moderados haviam conseguido adiar a tomada do poder pela linha dura, prorrogando o mandato de Castelo, em 1967 isso se tornara uma impossibilidade. A correlação de forças entre os oficiais nesse momento era francamente favorável a um endurecimento do regime, depurando não apenas o sistema político tradicional (como fez Castelo), mas também os próprios movimentos sociais, especialmente aqueles que pudessem, de alguma forma, canalizar a insatisfação das camadas populares.

Uma das primeiras medidas tomadas pelo novo governo, empossado em março de 67, foi no sentido de buscar um maior amparo das instituições para aquilo que a linha dura pretendia efetivar a partir desse momento. Daí a decretação do AI-4, pouco antes da posse de Costa e Silva que preparou o terreno nesse sentido, tornando simplesmente todos os Atos de exceção anteriores, parte integrante da Constituição desfigurada de 46 que ainda era utilizada pelos militares. Dessa forma, a linha dura logrou transformar todos os mecanismos que desenharam a ditadura a partir de 64 em algo permanente, suscetível de mudança somente através de emendas à Constituição. Uma tarefa que deveria caber ao Congresso Nacional, caso funcionasse dentro de uma normalidade institucional. Como não era esse o caso, a constitucionalização da ditadura tornava o regime menos deplorável do ponto de vista legal, ao mesmo tempo em que se obtinha a garantia de que o Congresso não se daria ao trabalho de realizar qualquer alteração sem o consentimento do Executivo. Sem dúvida, foi uma manobra interessante do ponto de vista político, mas não teve os resultados esperados de forma imediata.

Isto porque, ao procurar manter as instituições em funcionamento, mesmo que em um regime de exceção, os militares imaginaram que estavam satisfazendo a maioria dos setores civis – pelo menos dentro dos setores dominantes da sociedade. Os políticos civis, por seu lado, mesmo que governistas, interpretaram, erroneamente, que essa concessão dos militares se constituía numa espécie de simbiose, onde a atuação do Congresso poderia alcançar uma certa autonomia por causa da preocupação dos militares em fornecer um caráter institucional ao regime. Haveria, portanto, uma margem de manobra que o Executivo não poderia suprimir sob o risco de desnudar a sua verdadeira face autoritária. Grande parte das oligarquias ainda imaginava que o controle do poder político passava pelas suas mãos e elas deveriam se comportar como fiadoras do poder dos militares. Era justamente o contrário que estava ocorrendo. Os militares é que estavam se transformando nos fiadores do poder político das oligarquias estaduais. Essa percepção ainda não era tão nítida quando Costa e Silva assumiu a presidência.

Essa situação começou a ficar cada vez mais evidente somente a partir de 1968. A conjugação da situação política e econômica, tal como a censura à imprensa, o arrocho salarial, a alta da inflação, a supressão das eleições, trazia um grande descontentamento popular. Apesar do estado de exceção, as manifestações de estudantes e trabalhadores começaram a tomar conta das ruas das principais cidades, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. A resposta do governo foi imediata e, de certa forma previsível, no sentido de intensificar a repressão a qualquer tipo de manifestação popular, mandatos de prisão aos líderes dos movimentos, enfim, o uso da força para tentar conter a insatisfação das camadas populares e médias

da sociedade. É de se destacar a atuação de vários setores da intelectualidade, jornalistas, professores e estudantes universitários nas passeatas contra o governo, reivindicando maiores liberdades políticas, o fim da censura à imprensa, ou seja, basicamente, a reivindicação era pelo restabelecimento da normalidade democrática.

O clima de animosidade se intensificou ao longo de todo o ano de 68, inclusive com a morte de estudantes e trabalhadores vítimas da truculência da Polícia Militar que tinha ordens superiores para atirar contra os manifestantes. O auge da oposição aos militares ocorreu no início de setembro, quando um jovem deputado federal chamado Márcio Moreira Alves subiu na tribuna do Congresso para fazer um violento discurso contra os militares. Entre outras coisas, Márcio Moreira Alves pedia para que a sociedade boicotasse as comemorações do Dia da Independência<sup>2</sup> que se aproximava, como uma forma de protestar contra os atos dos governos militares. E sugeria, também, em tom de brincadeira, que as *moças* recusassem o assédio de soldados e recrutas das Forças Armadas. Os militares reagiram violentamente, de forma até desmedida, contra o jovem deputado.

Os militares exigiram que o Congresso autorizasse a abertura de processo de cassação do deputado que contava, ainda, com o privilégio da imunidade parlamentar. No dia 12 de dezembro, o Congresso, iludido com a pretensa autonomia dos poderes, recusou-se a conceder a licença para que o deputado fosse processado pelo STF (já bastante submisso ao Executivo) por ofensas às Forças Armadas. A resposta da linha dura foi imediata. Nos meses anteriores, a cúpula das Forças Armadas já vinha costurando uma série de dispositivos de repressão alegando que a escalada da subversão só poderia ser contida através da adoção de novas medidas de exceção. Era uma justificativa capenga para controlar os movimentos sociais mais radicais, mas que contava com o total respaldo dos setores dominantes da sociedade, via de regra conservadores, tementes do avanço dos movimentos populares que marcaram todo o ano de 1968.

Assim, na noite de 13 de dezembro foi decretado o Ato Institucional nº 5, com a assinatura de todos os ministros de Estado - civis e militares. Na verdade o AI-5 foi redigido pelo ministro da Justiça, Gama e Silva, que elaborou um decreto considerado excessivamente duro até mesmo pela linha dura do regime. Depois de algumas pequenas alterações, o decreto foi colocado em vigor. O AI-5 tornou-se o próprio símbolo da ditadura pela sua ferocidade e pelos dispositivos que colocavam todo o poder, na prática, nas mãos do presidente da República. O AI-5 foi assinado por todo o Conselho Nacional de Segurança que reunia o presidente, o vice e todos os ministros de Estado, além do Chefe da Casa Civil, Casa Militar, do Serviço Nacional de Informações e o do Estado Maior das Forças Armadas. Nesse decreto podemos ver as assinaturas de Mário Andreazza, Hélio Beltrão, Delfim Netto, Jarbas Passarinho e outros que continuaram sendo figuras importantes do regime até o seu final. O único membro que se recusou a assinar o AI-5 foi o vice-presidente Pedro Aleixo. Questionado se não confiava nas “mãos escrupulosas” de Costa e Silva que iria conduzir de forma seletiva o poder de repressão concedido pelo decreto, Aleixo respondeu que

não duvidava das mãos do presidente, mas complementou de forma um tanto quanto profética: “Desconfio é do guarda da esquina”.

Aproveitando-se dos medos e receios das classes dominantes e de uma parte da classe média, os militares carregaram a mão no decreto. O AI-5 ampliava ainda mais a cassação dos direitos políticos por dez anos de deputados, senadores, oficiais e intelectuais que discordassem do regime; suprimia o *habeas-corpus*, impunha o fechamento do Congresso; dava plenos poderes ao Executivo federal de intervir nos Estados e municípios e, ainda, de decretar o estado de sítio unilateralmente. O decreto era tão truculento que até mesmo a UDN se levantou contra e Carlos Lacerda teve os seus direitos políticos igualmente suspensos. Nos anos seguintes, a repressão e a cassação de políticos tornou-se a regra de conduta do governo. A ditadura se voltava contra aqueles que mais apoiaram em 1964. No dia 31 de dezembro, Costa e Silva fez um pronunciamento em cadeia nacional, afirmando que “o AI-5 foi a única forma de combater a corrupção e a subversão. Salvamos a democracia e os ideais da Revolução”. Na verdade, estava inaugurando um período de terror e violência que contaminou toda a sociedade brasileira.

O ano de 69 foi marcado pelo triste desdobramento do AI-5 que alcançou todas as esferas da sociedade: imprensa, Congresso, universidades, sindicatos etc. A escalada da violência, tanto por parte do governo como dos grupos de oposição, estava apenas começando. Em agosto, Costa e Silva sofreu uma trombose cerebral que o deixou parcialmente incapaz para exercer a presidência. Como que uma ironia do destino, a Constituição de 67, elaborada pela própria linha dura, não sobreviveu a esse sobressalto. O vice-presidente, Pedro Aleixo, foi simplesmente impedido de assumir o poder pelos ministros das três armas, o almirante Augusto Rademaker, o general Lira Tavares e o brigadeiro Márcio de Souza e Mello, desconfiados do vice-presidente, desde a sua recusa em assinar o AI-5. Os três compuseram uma junta militar que passou a governar interinamente o país. Com o agravamento da crise, a junta militar declarou vagos os cargos de presidente e vice-presidente, destituindo sumariamente Pedro Aleixo, convocando nova eleição (indireta). O candidato indicado seria o general Emílio Médici - um genuíno representante da ala mais radical do Exército. Médici enfrentava a resistência da Marinha que preferia o nome do general Lima Albuquerque - considerado um nacionalista e por demais radical até mesmo pela linha dura do Exército. A indicação do almirante Rademaker para a vice-presidência acabou por convencer a Marinha a apoiar o nome de Médici. Poder-se-ia dizer que o AI-5 estava consumado, passando por cima das próprias decisões tomadas pelos seus proponentes.

### A radicalização da Direita e da Esquerda

O impedimento de Pedro Aleixo, quando da doença de Costa e Silva, e a posterior nomeação de Médici para a presidência sinalizavam a grande preocupação da linha dura com o avanço dos movimentos populares que também se radicalizavam na oposição ao regime militar. Até meados de 1969, os movimentos populares estavam centrados, ainda, dentro de uma certa normalidade, sendo canalizados pela

<sup>2</sup> É interessante notar que os militares adotaram o 7 de setembro como a data cívica mais importante para o país, relegando a um segundo plano o 15 de novembro e, muito mais, o 1º de maio que era a data que Vargas comemorava como uma verdadeira festa nacional.

imprensa, sindicatos e a União Nacional dos Estudantes. Com o AI-5, uma nova modalidade de oposição, aparentemente mais ameaçadora, estava sendo montada contra os militares: a luta armada. O que contribuiu para que a linha dura justificasse o seu próprio radicalismo através do uso de medidas de exceção, repressão, cassações, enfim, da violência institucionalizada pelo próprio Estado.

A luta armada no Brasil tomou corpo embalada pelo contexto internacional, marcado pela Guerra Fria, e pelas idéias que reinavam nos países subdesenvolvidos. Motivados pela vitória da Revolução cubana de 1959 e seus desdobramentos posteriores, muitos grupos germinaram em vários países da América Latina na luta para derrubar os governos representantes do imperialismo americano e instaurar um governo socialista – fosse ele de tendência leninista, stalinista, maoísta ou castrista. O importante era fazer a Revolução e tomar o poder em nome das classes oprimidas, libertar a nação das garras do capitalismo internacional, e para tanto a tática a ser utilizada era a guerra de guerrilhas, que obteve sucesso na China, em Cuba e estava dando resultados no Vietnã. A propagação dessas idéias deveu-se, em grande parte, à atuação do guerrilheiro mais cultuado nos anos 60 – o argentino Ernesto “Che” Guevara. Amigo de Fidel Castro, Che Guevara chegou a ser ministro da Indústria no começo do governo revolucionário, mas se desencantou com a vida de burocrata e passou a ser uma espécie de mensageiro da Revolução nos países do então chamado Terceiro Mundo.

No início dos anos 60, Che Guevara esteve no continente africano participando das lutas de libertação nacional em várias ex-colônias. Logo depois, voltou para a América Latina onde se propunha lançar vários focos de guerrilha nos países da região. Esses focos deveriam servir como centelhas que incendiariam a Revolução nos países latino-americanos, desestabilizando os governos representantes da burguesia e criando condições para a conscientização dos camponeses e trabalhadores para uma futura revolução. A resposta a essa estratégia de longo prazo foi o recrudescimento da repressão por parte de governos civis ou militares que contavam com o apoio dos EUA. E quando havia uma certa relutância de algum governo em reprimir esses movimentos ou caminhar no sentido de promover algumas reformas de cunho social, para amenizar a pobreza e a miséria, estabelecia-se um clima de desconfiança entre as classes sociais cujo resultado mais previsível era um golpe de Estado – geralmente militar.

Che Guevara foi morto pelo Exército boliviano, monitorado por forças americanas, no dia 8 de outubro de 1967. Contava com 39 anos de idade. A sua morte prematura alimentou todo tipo de mistificação em torno de sua pessoa e das suas idéias. São esses elementos que irão inspirar muitos dos movimentos guerrilheiros que se instalaram em vários países latino-americanos, inclusive no Brasil<sup>3</sup>. As organizações que tomaram o caminho da luta armada caracterizavam-se por adotar nomes e siglas que causassem impacto, via de regra com a utilização de palavras como Revolução e Libertação – com pequenas variações dessas palavras. Em grande medida, a proliferação dessas organizações se deveu à alegação da inoperância do Partido Comunista Brasileiro, que aceitava pacificamente os rumos políticos ditados pela burguesia.

O PCB, de fato, passava por uma crise de identidade e de legitimidade perante a esquerda brasileira.

Fundado em 1922, o PCB nasceu com o nome de Partido Comunista do Brasil, o que motivou a sua cassação em 1947 sob a alegação de que era uma representação do comunismo internacional. Sob a liderança, cada vez mais contestada internamente, de Luis Carlos Prestes, sobreviveu numa semiclandestinidade durante a República de 46. Em 61, formalizou a mudança do nome o que levou um grupo dissidente a formar o PCdoB, que resgatou a nomenclatura original e se colocava como o verdadeiro porta-voz da classe operária. Prestes continuou sendo a principal liderança do PCB até 1980, sobrevivendo a maior parte do tempo na clandestinidade ou no exílio, acusado de vários erros de estratégia e de condução da revolução socialista que não chegou a acontecer no Brasil.

A partir de 68, com o fechamento do regime, as esquerdas também radicalizaram as suas ações, com vistas a desestabilizar o regime e conchamar a sociedade na luta contra a ditadura. Era preciso chamar a atenção da sociedade brasileira contra as arbitrariedades e as violências cometidas pelos militares e aproveitar a mobilização social de 68 para canalizar os protestos para ações mais efetivas contra o regime. É nesse contexto que organizações pequenas, às vezes minúsculas, começam a surgir para promover a luta armada contra o regime. Em 68, uma nova cisão do PCB dá origem ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e à Aliança Nacional Libertadora (ANL) encabeçada pelo lendário Carlos Marighella. Pequenos agrupamentos como o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), liderada pelo capitão Carlos Lamarca, fundem-se formando a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR – Palmares). Além, é claro, do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), uma alusão à data da morte de Che Guevara. Estes eram os principais agrupamentos que se formaram no desenrolar da luta armada no país, existindo ainda uma infinidade de outros minúsculos grupos que tiveram uma atuação mais localizada.

As ações dos grupos armados começaram discretamente com assaltos a bancos e carros fortes para reunir fundos e financiar a compra de armamentos. No início, essas ações foram consideradas obras de assaltantes comuns sem nenhuma ligação com a situação política pela qual o país estava passando. Nesse aspecto, a ação mais espetacular foi o assalto à mansão de Ana Capriglione, em julho de 69, suposta amante de Adhemar de Barros (falecido quatro meses antes) e realizado por um grupo pertencente a VAR-Palmares. O assalto rendeu aproximadamente 2,5 milhões de dólares e o caso foi cuidadosamente abafado na época por motivos óbvios. Todavia, os serviços de segurança começavam a desconfiar de que ações dessa natureza não se constituíam em atos isolados e passaram a monitorar mais de perto os assaltos a bancos. Rapidamente, as prisões de pessoas envolvidas foram comprometendo a forma de desafiar o regime e arrecadar fundos para a continuação da luta armada.

Com o AI-5 em pleno vigor, a repressão aos grupos subversivos foi se tornando, rapidamente, cada vez mais intensa e violenta – ao que os grupos armados tentavam responder com

<sup>3</sup> Sobre a luta armada no Brasil no período em questão, ver a obra fundamental de Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, São Paulo: Ática, 1998 (edição revista e ampliada). A discussão sobre o foquismo encontra-se na página 87 e seguintes.

mais violência ainda. Por outro lado, era preciso buscar formas de libertar os companheiros presos pela repressão e promover ações que causassem maior impacto interna e externamente. Em setembro de 69, aproveitando-se de uma desarticulação momentânea do regime em função do afastamento de Costa e Silva, um comando conjunto da ANL e do MR-8 promoveu, no Rio de Janeiro, o seqüestro do embaixador dos EUA no Brasil, Charles Ellbrick. A ação causou estardalhaço nos meios militares e um grande embaraço nas relações com os EUA. Dizem que os emissários de Nixon passaram uma descompostura nos militares brasileiros, chamando-os de incompetentes e outros impropérios. Em setenta e duas horas, no dia 7 de setembro, a junta militar que governava o país provisoriamente, teve que libertar quinze presos políticos e mandá-los em segurança para o México em troca da vida do embaixador americano. No desenrolar da luta armada, os cônsules do Japão e da Alemanha Ocidental, e o embaixador da Suíça, também seriam vítimas desse tipo de ação por parte dos guerrilheiros, servindo como moeda de troca para libertar presos políticos.

Ao mesmo tempo em que a guerrilha urbana se desenvolvia, especialmente no eixo Rio-São Paulo, alguns agrupamentos tentavam se infiltrar na zona rural com a finalidade de montar as bases de uma futura guerrilha no campo, nos moldes da Revolução chinesa e que obteve sucesso também em Cuba na década de 50. O primeiro foco de guerrilha rural foi implantado no Vale do Ribeira, em São Paulo, sob o comando de Carlos Lamarca – que depois transferiu o seu projeto para o interior da Bahia. No entanto, o projeto mais duradouro de guerrilha rural foi levado adiante pelo PCdoB. Desde 1967, os guerrilheiros do PCdoB passaram a se instalar nas terras distantes do sul do Pará, próximo ao rio Araguaia, misturando-se à população local e fazendo o reconhecimento da área. De forma discreta, puderam se manter no anonimato até 1972, quando os órgãos de inteligência do governo detectaram o movimento e passaram a perseguir os guerrilheiros. A luta na região do Araguaia se estendeu por dois anos até ser desmantelada de forma brutal pelas forças do Exército.

A reação dos militares, sob o comando da linha dura, foi marcada pela ferocidade e brutalidade típicas de um regime que se habituava cada vez mais com as arbitrariedades sem freios. O II Exército de São Paulo tomou a frente da repressão lançando a Operação Bandeirante (OBAN), um comando paramilitar financiado pelos militares e fundos recolhidos junto aos setores mais reacionários da sociedade, especialmente os grandes empresários do Estado. A OBAN inspirou a criação do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna), que atuava como braço armado da Polícia, capturando ilegalmente os subversivos. O que ficou marcado nesse período, quando os militares liberaram a repressão para esses órgãos extralegais, foi o uso, sistemático e institucionalizado, da tortura sob justificativa de extrair informações dos presos políticos o mais rapidamente possível e desmantelar os grupos guerrilheiros que se organizavam a partir de pequenas células. Nesse tocante, a figura do delegado Sérgio Paranhos Fleury ficará marcada como uma das mais execráveis de nossa história mais recente como o mais sádico e cínico dos torturadores conhecidos. A experiência de São Paulo fez com que os militares criassem vários DOI-CODI, nos Estados onde o combate à guerrilha

urbana se fizesse presente.

A violenta repressão organizada pelo regime tornou cada vez mais inviável a atuação dos grupos armados que foram sendo dizimados paulatinamente. Como eram considerados criminosos subversivos, as prisões e mortes dos guerrilheiros tinham um caráter extralegal, fazendo surgir em nossa história a lamentável figura dos “desaparecidos” políticos – pessoas cuja morte aconteceu nos porões da ditadura e que não era reconhecida legalmente. Em 69, Carlos Marighella foi executado dentro de um Fusca numa rua de São Paulo. Uma morte que envolveu a prisão e a tortura de freis dominicanos que serviam de contato com o guerrilheiro. Um deles, frei Tito de Alencar, que foi torturado brutalmente e que teria delatado os meios utilizados por Marighella para se comunicar com os membros da sua organização, acabou se suicidando em 1971. A morte de Marighella foi mostrada como uma das grandes conquistas dos aparelhos de repressão do regime. Em 1971, no interior da Bahia, tombava, também, o guerrilheiro Carlos Lamarca, ex-capitão do Exército que, quando desertou, em 1969, roubou um grande carregamento de armas que deixou os militares profundamente irritados.

No entanto não foi apenas a ferocidade do regime em combater os grupos guerrilheiros que levaram ao completo desmantelamento dessas organizações que pretendiam fazer da luta armada um motivo de desestabilização da ditadura. A questão fundamental é que os grupos subversivos não tinham, e não conseguiam estabelecer, um contato mais próximo com o conjunto da sociedade ou com as camadas populares – cujos interesses eles afirmavam estar defendendo. Desse modo, todas as organizações que foram criadas eram numericamente pequenas e limitadas em seu poder de atuação. Quando as prisões dos seus membros começaram a ocorrer não havia meios de repor os quadros na mesma velocidade, limitando ainda mais a ação do grupo. Por outro lado, apesar da luta por objetivos comuns e de contatos esporádicos entre os líderes de vários desses grupos, a unidade efetiva para combater o regime jamais foi alcançada e, de certa forma, nem mesmo foi tentada. Isso se devia às diferenças ideológicas, táticas e, principalmente, pessoais, entre os seus principais líderes. Por fim, com a manipulação das informações pelo regime, a violência dos grupos guerrilheiros acabou justificando a própria violência do governo, afastando ainda mais as organizações subversivas do restante da sociedade, que se voltava contra justamente aqueles que se diziam os seus defensores. O completo isolamento desses grupos facilitou bastante as forças da repressão que se utilizaram da violência sem limites, legitimada pelo regime, para dizimar não apenas os grupos como também a maioria dos seus membros de forma brutal. E o governo Médici, em especial, pôde contar com mais um trunfo para se legitimar perante a sociedade civil: o ciclo de crescimento econômico que se iniciou em 68 e se prolongou durante todo o seu governo, fazendo a classe média se voltar para outros interesses e se esquecer de temas como liberdade e democracia que, para ela, não tinham muito valor.

### O “Milagre” Econômico

Apesar do clima político interno se tornar cada vez mais sufocante, o estrito controle sobre os meios de comunicação servia para amenizar a situação do governo perante a sociedade civil. A maioria ignorava, em variados graus, o que realmente se sucedia no país, olhando para os terroristas e, via de regra,

para todos os opositores ao regime, como insatisfeitos natos que deveriam mesmo ser colocados à margem do processo. Em 1972, em comemoração aos 150 anos da Independência, os militares lançaram o *slogan* “Brasil: ame-o ou deixe-o”, justificando o exílio de vários intelectuais, artistas e políticos que foram obrigados a deixar o país em função de suas posições políticas ou participação em movimentos classificados como subversivos. Não seria coincidência que, mais uma vez, o 7 de setembro se transformasse num pretexto para a propaganda ideológica do governo. A elite, civil e militar, sabia muito bem o que ocorria no interior do país, mas se acomodava na confortável posição de fazer vista grossa em relação aos elementos considerados como uma ameaça à ordem interna. A censura absoluta aos meios de comunicação impedia que a sociedade civil tivesse a qualquer tipo de informação que não fosse do interesse do regime.

Porém, havia um motivo bastante forte que favorecia o regime no sentido de amenizar qualquer crítica no campo político. Aproveitando-se de uma série de fatores que geraram uma conjuntura extremamente favorável, tanto no plano interno quanto externo, a linha dura conseguiu compensar o seu lado mais sombrio através de uma política voltada para o crescimento econômico do país. Alguns tecnocratas, como Delfim Netto<sup>4</sup>, ousaram chamar esse período de “milagre” econômico, numa alusão ao rápido crescimento econômico assistido no Japão e na Alemanha no pós-Segunda Guerra<sup>5</sup>.

No plano interno, os governos de Costa e Silva e, mais especialmente, Médici, aproveitaram-se das condições favoráveis proporcionadas pelas reformas realizadas por Castelo Branco no sentido de fornecer ao país um modelo mais racional de tributação, financiamento à iniciativa privada e contenção dos movimentos sindicais através de uma política salarial controlada diretamente pelo governo. O PAEG, de fato, dotou o país de vários mecanismos de acumulação e transferência de capital que permitiram uma rápida expansão das atividades econômicas, absorvendo a classe média ao mercado consumidor de bens de consumo duráveis e possibilitando às classes mais abastadas o consumo de bens mais sofisticados que davam a impressão de que estávamos vivendo numa sociedade afluyente tal como nos países do chamado Primeiro Mundo. Mas o custo de tudo isso era uma crescente concentração da renda que arrojava os salários e não permitia a ascensão dos segmentos menos favorecidos da sociedade - qual seja os trabalhadores do chão de fábrica e a mão-de-obra sem qualificação. Como dizia o onipotente Delfim Netto, de forma um tanto quanto cínica, primeiro era “preciso fazer o bolo crescer para depois redistribuir”.

Ainda no plano interno, um outro fator condicionante era a situação política do país. O clima de extrema censura aos meios de comunicação e o controle quase absoluto dos meios de repressão por parte do regime, eram uma garantia

de estabilidade política e de medo dos vários segmentos sociais - que acabava sendo utilizado da maneira mais adequada pelos militares. Mesmo os movimentos de extrema esquerda, que acentuaram a sua atuação nos anos 69-70, não amedrontavam o capital estrangeiro que apoiava e confiava plenamente nas ações repressivas do governo. O essencial para manter o clima de otimismo entre a elite e a classe média era, além da pretensa prosperidade trazida pelo “milagre”, a propaganda cultivada pelo regime e que era veiculada através dos meios de comunicação e, quem diria, da música e de peças publicitárias cuidadosamente montadas para atingir os cidadãos brasileiros mais humildes<sup>6</sup>. Tudo isso catalisava o ufanismo reinante e a promessa da construção de um novo Brasil como grande potência do futuro.

Por outro lado, é preciso destacar o cenário econômico externo amplamente favorável aos financiamentos destinados aos países periféricos que se estabeleceu no final dos anos 60. Ao contrário do que se propagou na época, não foi a confiança no desenvolvimento das áreas periféricas que estimulou os grandes bancos a promover vultosos empréstimos a países como o Brasil. Era, na verdade, uma necessidade. No final da década de 60, as grandes empresas mundiais já estavam promovendo ajustes econômicos para compensar os ganhos de tecnologia e os altos salários pagos nos países centrais, evitando contrair empréstimos junto aos bancos para diminuir o endividamento que poderia anular a lucratividade trazida pelo desenvolvimento tecnológico. A alternativa imediata para os grandes bancos foi a de buscar uma elevada rentabilidade com garantia de retorno para os seus empréstimos. Naquele momento, os empréstimos junto a governos considerados “amigos” pareceu ser uma opção bastante atraente<sup>7</sup>. Nesse sentido, o crescimento econômico associado a um elevado nível de endividamento externo, via Estado, não foi algo restrito apenas ao Brasil. Países como México, Argentina, Uruguai e Chile também passaram por experiências semelhantes - tanto na trajetória ascendente quanto descendente desse modelo.

Nos governos de Costa e Silva e, mais intensamente, de Médici, o elevado endividamento externo serviu para financiar grandes obras nos setores de infra-estrutura tais como transportes e energia. Era uma forma de viabilizar o crescimento econômico através da criação artificial de uma demanda inexistente. Obras como o complexo das usinas de Ilha Solteira e Jupia, a rodovia Trans-Amazonica, a ponte Rio-Niterói com os seus 14 km de extensão, tinham a finalidade de gerar empregos melhor remunerados, ampliar o mercado consumidor e, principalmente, proporcionar o aumento da acumulação de capital por parte da burguesia nacional incapaz de realizar essa tarefa de forma autônoma. Com isso, materializavam-se as condições para o estabelecimento, no país, de várias outras empresas multinacionais, especialmente no setor de bens de consumo duráveis, que poderiam

<sup>4</sup> Ligado à poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Delfim Netto (n. 1928) se tornou o símbolo do tecnocrata que serviu ao regime militar. Foi alçado ao Ministério do Planejamento no governo de Costa e Silva e depois foi conduzido ao Ministério da Fazenda no governo Médici. Retornou no governo de Figueiredo, primeiro na Agricultura e depois, novamente, no Planejamento, sempre concentrando amplos poderes. Nesse sentido, Delfim Netto suplantou o economista Mário Henrique Simonsen (1935-97), considerado o economista liberal mais brilhante de sua geração.

<sup>5</sup> Sobre o “milagre” econômico e seus desdobramentos ver Paul Singer, *A crise do “milagre”*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>6</sup> Além da campanha do “Brasil ame-o ou deixe-o”, algumas canções tentavam expressar o “milagre” brasileiro através de letras um tanto pobres mas de grande apelo emotivo. Havia uma canção, tocada à exaustão, cujo refrão dizia: “Eu te amo meu Brasil, eu te amo. Meu coração é verde, amarelo, branco, azul anil. Eu te amo meu Brasil, eu te amo. Ninguém segura a juventude do Brasil”. Sem contar a politização da conquista da Copa do Mundo de 1970 que Médici soube capitalizar com eficiência.

<sup>7</sup> Ver Lídia Goldenstein, *Repensando a dependência*, op. cit.

<sup>8</sup> Das grandes obras promovidas pelo “milagre”, cumpre ressaltar a criação do sistema Telebrás, uma das poucas obras que tiveram um êxito efetivo, desenvolvendo as comunicações à longa distância. Naturalmente, esse projeto fazia parte da ideologia de Segurança Nacional que os militares acalentavam, daí o empenho e a competência com que foi levado adiante.

contar com os generosos créditos subsidiados pelo BNDE, demonstrando mais uma vez a artificialidade do processo de modernização. Enquanto houvesse linhas de créditos que reproduzisse essa situação, o modelo poderia prosseguir por um período indeterminado de tempo<sup>8</sup>.

A questão não era tanto tentar prever até onde esse modelo poderia chegar. O seu limite era bastante estreito dentro de qualquer circunstância. O problema de fundo era a sua face excludente que estava implícita desde a sua gênese. Para a elite, não haveria problemas. O mérito do “milagre” esteve em incluir uma parcela razoável da sociedade naquilo que é denominado genericamente de classe média. Um pequeno grupo da sociedade pôde se beneficiar do crescimento econômico através da conquista dos melhores empregos que se tornaram disponíveis com o “milagre”, aqueles que exigiam uma melhor qualificação. Essa pequena fração da sociedade, que veio a se constituir na classe média brasileira das últimas décadas, simplesmente deu as costas para o que estava acontecendo com o país, preocupada apenas com as possibilidades de ascensão social que foram abertas no começo dos anos 70. De fato, de 70 a 73, as taxas de crescimento econômico ultrapassaram a barreira dos 10% ao ano. Todavia, uma massa de trabalhadores de baixa qualificação, simplesmente, ficou de fora desse pretenso milagre da multiplicação<sup>9</sup>. A indiferença da classe média para com esses setores foi se tornando cada vez maior ao longo das últimas décadas.

A lógica desse modelo de crescimento se sustentou, fundamentalmente, numa ação deliberada de concentração da renda, com vistas à inserção do país ao sistema capitalista internacional. Uma minoria da população acabou sendo beneficiada através de uma política de subsídios que colocava à margem do processo a ampla maioria da sociedade. Mesmo quando atuou no sentido de promover políticas sociais, como no caso da Educação, o regime militar tinha os olhos voltados para a classe média, sempre benevolente e dócil quando tem algum ganho financeiro. O financiamento da escola básica e do ensino superior público colaborou no sentido de promover a ascensão da classe média. Seduzida por essa perspectiva, não é de se estranhar o silêncio dela ao longo do período de prosperidade proporcionado pelo regime militar. Foi o momento em que a classe média começou a se dissociar, definitivamente, dos interesses mais importantes das camadas desfavorecidas da sociedade. Porém, quando se viu ameaçada nos seus ganhos econômicos, finalmente a classe média colaborou para colocar em xeque o governo ditatorial dos militares.

## A Abertura – Lenta e Gradual (1974-82)

### A crise do “milagre”

O término do governo Médici coincidiu com o fim do período de intenso crescimento econômico dos primeiros anos da década de 70. E demonstrava a fragilidade estrutural de um modelo baseado, essencialmente, no endividamento externo e na exploração de uma mão-de-obra numerosa e barata, favorecendo apenas a elite econômica do país e uma parcela restrita da classe média. A intensa repressão política que fazia o pano de fundo para o “milagre” também preocupava uma parcela crescente dos próprios militares, o que serviu para embaralhar a sucessão presidencial em outubro de 1973. A linha dura perdia um pouco de sua força, tanto pelos abusos cometidos contra a sociedade civil, como também porque a cúpula das Forças Armadas acreditava que a parte mais crítica no combate à subversão já havia passado. Era chegado o momento de tornar a atmosfera política do país um pouco menos rarefeita – até em nome da viabilidade da permanência dos militares no poder. É nesse contexto que o general Ernesto Geisel ascende ao poder, trazendo de volta o grupo castelista que havia sido afastado nos governos de Costa e Silva e Médici<sup>10</sup>. Um dos principais responsáveis por esse retorno foi o general Orlando Geisel, ministro do Exército de Médici e irmão do futuro presidente, que conseguiu contornar a ação da linha dura dentro do próprio governo.

O prelúdio da crise econômica que viria a se instalar nos anos 70 ocorreu em novembro de 1973. Depois de décadas tendo o seu único produto de exportação explorado sistematicamente pelos países ricos, os países árabes produtores de petróleo conseguiram estabelecer um acordo controlando a oferta de seu produto no mercado internacional. Reunidos em torno da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), criada em 1964, os principais países árabes, comandados pela Arábia Saudita, Irã e Iraque, conseguiram impor um drástico corte na oferta de petróleo, forçando uma alta imediata nos preços em todo o mundo capitalista. O motivo inicial desse boicote estava relacionado à posição dos países do Ocidente quanto ao conflito entre árabes e judeus no Oriente Médio e a questão palestina. Era um momento que os países árabes possuíam uma certa unidade herdada do pan-arabismo do líder egípcio Gamal Abdel Nasser.

As implicações na economia mundial foram imediatas. Acostumados aos baixos preços das fontes de energias, exploradas nas regiões de passado colonial e utilizadas em larga escala, os países de capitalismo avançado viram uma ameaça real ao prolongado período de crescimento econômico que se vinha assistindo desde o final da Segunda Guerra. A

<sup>9</sup> “Com efeito: um país com 100 milhões de habitantes e uma renda per capita de 400 dólares (situação aproximada do Brasil em 1970), pode, concentrando 40% da produção em mãos de 10% da população, dotar-se de um mercado de 10 milhões de consumidores com uma renda média de 1600 dólares, o que é suficiente para permitir a instalação de um moderno sistema industrial; um país com 10 milhões de habitantes, mesmo que tenha uma renda 50% mais elevada (situação aproximada do Chile em 1970) ainda que adote uma política igualmente drástica de concentração da renda, não disporá de mais 1,5 milhão de pessoas com renda média de 1600 dólares”. Cf. Celso Furtado, *O mito do desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 47. A primeira edição do livro é de 1974.

<sup>10</sup> O exemplo mais notório de afastamento foi o do ministro Delfim Netto, premiado com a embaixada de Paris durante o governo Geisel, e o retorno do grupo ligado a Roberto Campos, como João Paulo dos Reis Veloso e Mário Henrique Simonsen. Como bom tecnocrata, Delfim voltou a servir o último governo do militares estrelando o final patético do regime. Em relação aos militares, as mudanças foram mais sutis e, na maioria das vezes, envolvia uma mudança de posição individual, o que torna a posição dos oficiais um tanto quanto circunstancial.

<sup>11</sup> Os poucos países que, inicialmente, pareceram passar incólumes pelo primeiro choque do petróleo foram aqueles pertencentes ao bloco socialista que podiam contar com a imensa oferta do produto proporcionada pela então poderosa URSS, que passou a explorar as suas imensas reservas de petróleo. Todavia, essa é apenas uma visão que leva em conta o curto prazo. No longo prazo, parece que os efeitos mais nocivos alcançarão justamente essas economias que se mantiveram estagnadas, ao contrário das economias capitalistas que tiveram que se readequar em função da nova situação. A esse respeito, ver a monumental obra de Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

“Era de Ouro” do capitalismo no século XX, marcada pela prosperidade e pelo aumento do conforto material, e que possibilitou o chamado Estado do Bem-Estar Social (*Welfare State*) nesses países, passava a enfrentar, de fato, a sua primeira e definitiva crise. Com a alta do petróleo, toda a economia mundial entrou em colapso em maior ou menor grau. Nos anos seguintes, o desaquecimento econômico levou a uma recessão de alcance mundial, marcada pela alta dos preços e dos juros, inibindo os investimentos, provocando, pela primeira vez no pós-Guerra, uma elevação aguda do desemprego<sup>11</sup>. Se os efeitos da crise econômica que se avizinhava preocupavam os países mais ricos, podemos imaginar os seus efeitos mais duradouros nas economias dependentes da periferia do capitalismo.

O governo brasileiro foi um dos últimos a perceber a extensão da crise econômica gerada pela alta dos preços do petróleo nos mercados internacionais.

Nos primeiros meses, já na transição do poder para Geisel, o governo simplesmente ignorou os problemas que poderiam advir de uma recessão mundial e manteve, praticamente intactas, as diretrizes e planos para o desenvolvimento tanto a curto como a médio prazo. Ou seja, continuou-se a projetar as grandes obras de infra-estrutura, que demandavam vultosas somas de capital (que o país não tinha) e que teriam que ser captadas através do aumento da dívida externa. Obras como a Usina de Itaipu (orçada em 4,5 bilhões de dólares em 74), a Ferrovia do Aço, ligando o Quadrilátero Ferrífero ao Rio de Janeiro (até hoje inacabada) e o início da instalação das usinas nucleares em Angra dos Reis (das três prometidas, somente uma saiu do papel até hoje, mas, simplesmente, não funciona por causa de um erro na concepção do projeto). Um projeto bem concebido foi o Pro-Álcool, que visava diminuir o consumo de gasolina, através de carros equipados com motor a álcool. Se o projeto era interessante do ponto de vista tecnológico, acabou sendo inviabilizado pela corrupção e pelos generosos subsídios oferecidos aos usineiros.

A manutenção do modelo de desenvolvimento herdado do “milagre” trouxe também outros efeitos colaterais. O aumento contínuo do preço do petróleo provocou, de imediato, um enorme desequilíbrio da balança comercial. Como o regime não abriu mão do modelo de crescimento que exigia um crescente consumo de fontes de energia e de altos investimentos nos setores de infra-estrutura, a importação de petróleo, por si apenas, elevava continuamente o montante das importações mesmo sem nenhum aumento efetivo da quantidade desse produto comprado no exterior. É pertinente lembrar que o país importava algo em torno de 80% do petróleo consumido. O financiamento do *déficit* da balança de pagamentos passou a ocorrer, diretamente, através de empréstimos no exterior a taxas de juros cada vez mais elevadas. Ou seja, para manter o modelo de crescimento, os militares tiveram que recorrer à sangria líquida de recursos obtidos no exterior, aumentando consideravelmente o montante da dívida externa e corroendo

os escassos recursos obtidos através das exportações. Era um desequilíbrio que não poderia ser contido sem a contrapartida do desaquecimento da economia interna.

A crise do capitalismo internacional irá se acentuar ainda mais a partir de 1979. A Revolução islâmica no Irã derrubou um importante aliado dos EUA no Oriente Médio, provocando uma profunda divisão entre os próprios países árabes, desestabilizando as relações internacionais. Logo depois, em 1980, explodiu a guerra entre Irã e Iraque que colocou uma pá de cal na esperança de se conter o nervosismo na região<sup>12</sup>. Os preços do petróleo bateram na casa dos US\$ 40,00 o barril, e as taxas de juros internacionais alcançaram o inimaginável patamar de 21% ao ano, elevando por si mesma a dívida externa dos países pobres contraída, de forma contraproducente, a taxas variáveis de acordo com a conjuntura. Os efeitos desse segundo choque do petróleo para os países periféricos foram simplesmente traumáticos. As linhas de créditos, tanto oficiais quanto dos bancos particulares secaram a partir de então. Para tentar equilibrar a balança comercial, o governo lançava mão da desvalorização cambial, estimulando a exportação com o intuito de manter em dia os serviços da balança de pagamentos. Porém, a desvalorização da moeda gerava a alta dos preços de forma generalizada, protegidos pelo mecanismo da correção monetária. Inflação, elevação da dívida externa, falta de créditos – o resultado inevitável dessa conjuntura seria uma prolongada estagnação econômica que caracterizou os anos 80 no Brasil.

Em 1982, a situação se tornou insustentável para os países endividados do então chamado Terceiro Mundo. Em setembro, o México anunciou uma moratória unilateral, suspendendo o pagamento da dívida externa e recorrendo aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional. Logo depois foi a vez da Argentina. Em fins de novembro, após a realização das primeiras eleições diretas para governador de Estado, realizadas no dia 15, o ministro Delfim Netto anunciava que o Brasil estava insolvente, dando início a uma interminável romaria para aprovar empréstimos junto aos organismos multilaterais. O fim melancólico dessa aventura de modernização ficou inscrito no patético *slogan* do governo Figueiredo a partir de então: “exportar é o que importa”. Para quem prometia fazer o bolo crescer para depois redistribuir, ficou a triste impressão de que para nós o ditado bíblico veio de forma invertida: “depois da bonança a tempestade”.

### Avanços e Retrocessos da Abertura

O retorno do grupo castelista ao poder indicava que os moderados haviam, ao menos em tese, retomado o controle do regime, que estava em condições de redirecionar os rumos tomados pelo regime militar implantado em 64 e que se desvirtuou numa completa orgia de violência contra os grupos mais radicais a partir de 67-68. O realinhamento das forças, aparentemente, não foi tão traumático - assim como nos parece ter sido relativamente harmônico o movimento que levou a

<sup>12</sup>A Revolução no Irã tirou do poder um governo historicamente submisso aos interesses americanos na região. A partir daí, os EUA estimularam militarmente o Iraque a fim de transformá-lo no país hegemônico na região. O governo de Saddam Hussein contou com grande apoio de Washington que forneceu armas ao Iraque na prolongada guerra Irã-Iraque. A causa da guerra, como não poderia deixar de ser, foi o domínio de áreas próximas ao Estreito do Chat-El-Arab que são ricas em petróleo. A guerra durou oito anos, custou a vida de mais de 300 mil pessoas, mas militarmente acabou empatada. A atuação posterior do Iraque é bastante conhecida - invasão do Kuwait e o rompimento com os EUA. De governo amigo, a derrubada de Saddam Hussein passou a ser uma das prioridades dos EUA.

linha dura ao poder anteriormente. Essa impressão se deve ao fato dos militares possuírem uma estranha capacidade de se adaptar às “ordens superiores”, mantendo um pedaço do poder conquistado anteriormente. Mesmo os civis adquiriram essa capacidade, conseguindo se manter na corda bamba das vicissitudes do humor dos militares. Até porque, de apêndice do regime, os civis que apoiaram o regime acabaram se transformando numa espécie de salvaguarda dos militares, promovendo um elo de ligação com o povo que não poderia ser feito diretamente pelas Forças Armadas.

Normalmente, o que ocorria nessas ocasiões, era uma readequação de funções de militares e civis sem, contudo, constituir-se num expurgo, ou numa “derrubada” como se costumava dizer na República Velha. Assim, como já mencionado, Delfim Netto deixou de ser, momentaneamente, o poderoso ministro para ocupar uma embaixada em Paris, sendo, no governo Geisel, substituído por Mário Henrique Simonsen. O caso de Paulo Maluf também é emblemático: nomeado prefeito de São Paulo no governo Costa e Silva, foi preterido na escolha de 78 para governador em prol de Laudo Natel. Mesmo assim, como candidato dissidente da ARENA, conseguiu, surpreendentemente, derrotar o candidato oficial através de uma campanha de aliciamento dos delegados estaduais com direito a voto. Do lado dos militares, personagens como Jarbas Passarinho, Costa Cavalcanti e Mário Andreazza, mantiveram, em maior ou menor grau, a sua influência política. Era uma questão de perceber a direção para onde os ventos políticos estavam soprando.

No entanto, quando Geisel tomou posse, em março de 1974, o regime já dava sinais evidentes de desgaste. Sinais esses que se tornaram mais visíveis nas eleições realizadas em novembro desse ano. O “milagre”, por si apenas, não se sustentava enquanto política de crescimento e a crise que se avizinhava deixava temerosa a sempre volúvel classe média recém-chegada ao paraíso do consumismo. Nos cargos para os quais a população tinha direito ao voto, a eleição se transformou num plebiscito para o governo. O voto a favor dos candidatos da oposição sinalizava o nível de insatisfação do povo contra o governo. O esperado voto a favor não sinalizava muita coisa, pois era manipulado pelos coronéis, ressuscitados pelos militares e que comandavam as regiões mais pobres do país. O voto a favor dos candidatos da ARENA representava apenas que a atuação do governo ainda era eficaz, mas não trazia a legitimidade que o regime necessitava e que se originava dos maiores centros urbanos.

O bipartidarismo acabou se tornando um beco sem saída para os militares. A oposição consentida ao regime, o MDB, catalisava o descontentamento da sociedade civil em relação aos militares, não tanto por sua força, reprimida constantemente, mas em função de ser o único canal disponível para manifestar qualquer oposição ao regime. Naturalmente, os líderes do MDB perceberam essa brecha por onde poderia ocorrer o crescimento da oposição sem, contudo, poder reverter de forma rápida a vantagem que a ARENA possuía enquanto suporte do governo federal. Nas eleições de 74, o MDB não conseguiu a maioria de nenhuma das Casas do Legislativo, mas mostrou força ao vencer em estados importantes como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Era um sinal de que os militares já não conseguiam manipular as eleições para deputados federais e senadores. A ARENA conseguiu manter a maioria no Congresso, mas às custas do

sistema de sub-representação a que os Estados mais populosos estavam submetidos. Na contagem bruta dos votos, o MDB havia conquistado a maioria.

A vitória relativa da oposição foi bastante surpreendente, especialmente nas eleições para o Senado, inclusive para os oposicionistas. Depois da escolha de Médici, em 69, as lideranças do MDB pensaram seriamente na possibilidade de dissolver o partido, obrigando a ditadura a assumir, na prática, o seu verdadeiro caráter monopartidário. No entanto, o então presidente do partido, Oscar Passos, manteve a oposição consentida como um meio para a canalização da insatisfação da sociedade civil para com o regime que um dia talvez pudesse acontecer. O seu sucessor no cargo a partir de 1972, Ulysses Guimarães, tomou como missão levar esse projeto adiante. Na sucessão de Médici, Ulysses Guimarães se apresentou não como o candidato de oposição, cerceada por todos os lados, mas sim como o *anti-candidato* ao nome escolhido pelos militares e que chegava ao Colégio Eleitoral com a vitória anunciada antecipadamente. Os líderes civis da ARENA, como Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Laudo Natel, Ney Braga e outros, cuidavam do ritual de escolha do presidente - como se fosse a coisa mais normal do mundo a modalidade inventada pelo regime.

Aparentemente, o regime absorveu como normal a expressiva votação do MDB nas eleições de novembro de 1974. Porém, não foi assim que a linha dura, ainda presente às margens do poder, interpretou a conjuntura política daquele momento e, por isso, continuou a atuar firmemente nos bastidores e nos porões da ditadura. Nesse sentido, o ano de 75 foi especialmente marcante. Desafiando as ordens do presidente Geisel, a linha dura continuou a operar na clandestinidade, promovendo perseguições e torturas à revelia do governo que pretendia amenizar o clima de terror que marcara o período de governo do general Médici. Essa atuação foi mais evidente em São Paulo, onde se concentrava a maior força de repressão à subversão e onde a linha dura esperava criar uma resistência à distensão prometida por Geisel. Assim, num espaço de menos de quatro meses foram assassinados, nos porões do DOI-CODI de São Paulo, o jornalista da Rede Cultura, Vladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho. A versão oficial dos órgãos de repressão era que os dois haviam se suicidado. As fotos de Herzog enrolado com uma corda no pescoço, amarrada à sua própria cela, pareceu ser uma zombaria aos olhos do próprio governo. Numa medida firme, Geisel exonerou sumariamente o comandante do II Exército, sediado em São Paulo, Ednardo D’Ávila Mello - um típico representante da linha dura e que deveria servir como exemplo para os demais comandantes das regiões militares. Ednardo Mello foi substituído pelo general Dilermando Gomes Monteiro, um moderado fiel ao grupo castelista.

O recado estava dado e pareceu surtir efeito rápido nos meios militares. Porém, com a crise econômica e a insatisfação da população avançando rapidamente, a ameaça de um retrocesso por parte do governo era uma constante no cenário político daquele momento. Até porque, o AI-5 estava em pleno vigor e o governo poderia lançar mão desse dispositivo a qualquer momento para conter o avanço da oposição. Havia uma desconfiança se Geisel conseguiria conter a linha dura e levar adiante o seu projeto de distensão. O ministro da Casa Civil do governo, Golbery do Couto e Silva, chamado de “o bruxo”, mandou um recado para a oposição: “segurem os

seus radicais que nós seguramos os nossos”. Pareceu ser um pedido de ajuda para restabelecer a ordem política no país com um mínimo de base legal, saindo do Estado de exceção que caracterizou o período de 1967 a 74, inaugurando, dessa forma, um canal de comunicação, tácita é verdade, entre o governo e a oposição.

No entanto, a distensão que se tornaria aos poucos uma abertura lenta e gradual, não deveria ser entendida literalmente. Havia uma promessa de liberalização a médio prazo - apenas isso. Os militares fariam de tudo para se perpetuar no poder e a oposição era obrigada a acompanhar o *timing* ditado pelo regime. Por isso, não se constituiu numa decisão surpreendente o fechamento do Congresso em abril de 1977. Apelando para o poder conferido a ele pelo AI-5, Geisel suspendeu a normalidade do regime e baixou uma série de decretos conhecidos como o “Pacote de Abril”.

Entre as decisões impostas pelo Pacote, os militares suspenderam o restabelecimento das eleições diretas para governador, marcadas para o ano seguinte, assim como, temendo o avanço da oposição, tomaram uma série de precauções visando as eleições legislativas de novembro de 78. Em primeiro lugar, o regime limitou a propaganda eleitoral através da Lei Falcão<sup>13</sup>. Armando Falcão, ministro da Justiça que inspirou essas idéias -, e decretou o aumento de um senador por Estado (eram dois), que seria nomeado pelo próprio governo - que ficou conhecido como “senador biônico”. Qual seja, 1/3 do Senado seria da mais absoluta confiança do regime, tendo a ARENA o trabalho de conquistar menos de 1/5 das cadeiras que estariam em disputa para ter a maioria. Era uma medida de caráter preventivo para garantir que mudanças bruscas não ocorreriam através do Legislativo e não haveria surpresas no Colégio Eleitoral que iria referendar o sucessor indicado pelos militares em janeiro de 79. Por fim, o Pacote de Abril também estipulava um mandato um pouco maior, de seis anos em vez de cinco, para o próximo presidente. Eram sinais claros da tentativa do regime de se prolongar o máximo possível no poder.

As eleições de novembro de 78 transcorreram dentro do previsto para o governo. Apesar da derrota da ARENA nos estados de maior densidade eleitoral, o nordeste em especial assegurou a maioria do governo nas duas Casas novamente. Por mais que tentasse, a oposição não podia vencer os casuísmos e a constante ameaça de fechamento do Congresso e outras arbitrariedades. A confiança de Geisel quanto ao futuro do regime podia ser traduzida pela iniciativa dos militares de revogar o AI-5 em dezembro de 78. Ao contrário, as surpresas ocorreram no próprio campo do governo. Ao longo do ano de 77, Geisel e a cúpula das Forças Armadas começaram a articular a questão sucessória - sempre um momento delicado no meio militar. O nome escolhido pelos moderados foi o do general João Baptista de Oliveira Figueiredo que até então havia tido uma atuação no Gabinete Militar de Médici e como chefe do SNI no governo Geisel. Pareceu ser a melhor escolha para os militares - alguém politicamente bem informado e familiarizado com o lado mais obscuro do regime. Todavia, a linha dura tentou reagir a essa indicação, apoiando o ministro do Exército, Sylvio Frota, que ameaçou rebelar a tropa

contra o governo. Mantendo uma certa serenidade, e muito bem articulado nos bastidores das Forças Armadas, Geisel contornou o problema simplesmente demitindo o seu ministro do Exército - o equivalente ao cargo que Costa e Silva ocupava no governo Castelo Branco.

No dia 15 de janeiro de 1979, o general Figueiredo foi referendado pelo Colégio Eleitoral, enfrentando a *anti-candidatura* do general Euler Bentes, um general nacionalista, que tinha como candidato a vice o senador gaúcho, o jurista Paulo Brossard. Assim que tomou posse, em março, Figueiredo deu declarações desastrosas permitidas apenas a generais que se intitulavam presidentes da República. Entre as suas pérolas, figuram frases como “prefiro cheiro de cavalo ao cheiro do povo”, “quem não aceitar a abertura, eu prendo e arrebento”, “farei do Brasil uma democracia, nem que seja na marra”. Não eram frases muito felizes vindas do presidente da República, especialmente quando se levava em conta a dura repressão do governo quando da retomada do movimento sindical no ABC paulista nos anos 1978-79 - e de onde emergiu a liderança de um certo Luis Inácio da Silva, conhecido então como Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. No entanto, mesmo com todos os atropelos, Figueiredo levou adiante o processo de abertura política. Assim que assumiu o poder, prometeu uma anistia política “ampla e irrestrita” e a redemocratização do país a começar pela reformulação partidária.

A questão é que as coisas que vinham do governo sempre estavam encobertas por segundas intenções. E agora também não era diferente. Ao falar em anistia geral, o que o regime pretendia era passar uma borracha em todas as atrocidades cometidas pelo próprio governo. Ou seja, a anistia deveria se estender aos dois lados: àqueles que promoveram a luta armada durante os anos de chumbo da ditadura - e estavam vivos, obviamente - como também àqueles que cometeram as maiores brutalidades durante o regime - os torturadores de todas as espécies. No entanto, os protestos mais veementes vieram da linha dura dos militares, ainda acoplados aos órgãos de segurança colocados quase que na ilegalidade a partir da abertura. Depois de agosto de 79, com a promulgação da lei de anistia para ambos os lados, vários pequenos atentados foram cometidos pelos remanescentes da linha dura como forma de desestabilizar o governo. Os mais significativos foram a carta-bomba enviada à sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro, uma entidade que sempre se colocou contra a ditadura, matando a secretária da entidade; e o mais grave de todos, o atentado no Riocentro em 30 de abril de 1981.

Nessa ocasião, mais de 20 mil pessoas estavam presentes ao show musical que se realizava em homenagem ao Dia do Trabalho, quando uma bomba explodiu no estacionamento do teatro. A explosão matou um sargento e feriu gravemente um capitão, que estavam no interior de um veículo Puma. Os dois eram ligados ao DOI-CODI do I Exército sediado no Rio de Janeiro. Apesar das pressões, vindas de dentro do próprio governo, o caso acabou sendo arquivado pela Justiça Militar. O episódio marcou o rompimento de Golbery do Couto e Silva, o principal ideólogo da abertura, com o governo Figueiredo,

<sup>13</sup> A Lei Falcão proibia que os candidatos se comunicassem com os eleitores durante o programa eleitoral. Os candidatos eram apresentados por um narrador que discorria brevemente sobre o seu currículo e nada mais. A campanha se tornava mais corpo a corpo e, por isso, clientelista. Nesse quesito a máquina da ARENA se fazia funcionar, principalmente nas regiões interioranas, pois todos os governadores trabalhavam para os candidatos do partido.

que renunciou à chefia da Casa Civil. De certa forma, é a partir daí que o governo Figueiredo começou a perder o rumo político e o ritmo das mudanças que o regime gostaria de impor – uma questão que se tornaria cada vez mais crucial nos anos seguintes.

A reformulação dos partidos, por sua vez, tinha um objetivo mais explícito e, por que não, sagaz por parte dos militares. Sabendo das demandas políticas reprimidas durante tanto tempo, os militares resolveram se aproveitar da cisão que, inevitavelmente, iria ocorrer com a oposição quando fosse concedida uma maior liberdade política e partidária. Com certeza, seria impossível reunir num único bloco personalidades tão díspares como Brizola, Arraes, Franco Montoro, Tancredo Neves e outros. De forma previsível, a reforma partidária pulverizou a oposição ao regime garantindo uma sobrevida aos arenistas. A ação coordenada por Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, e pelo ministro da Justiça, Petrônio Portela, foram decisivas para os desdobramentos políticos posteriores da abertura iniciada por Geisel.

Nesse realinhamento partidário, a imensa maioria da ARENA se congregou em torno do Partido Democrático Social (PDS) que, de democrático e social, não tinha muita coisa. O MDB ganhou somente a letra P (de Partido), obrigatória para todos os partidos, nas suas iniciais e manteve o núcleo principal da oposição. Tancredo Neves e Thales Ramalho tentaram formar o Partido Popular (PP), que logo depois se fundiu ao revigorado PMDB. Brizola tentou reaver a marca PTB que estava nas mãos da sobrinha de Vargas, Ivete Vargas. Derrotado na Justiça, Brizola fundou para si o Partido Democrático Trabalhista (PDT); enquanto no ABC paulista surgia o Partido dos Trabalhadores (PT) reunindo sindicalistas, remanescentes da luta armada e muitos intelectuais convencidos da força do movimento operário para a democratização da sociedade.

Em novembro de 1982, depois de dezessete anos, foram realizadas as primeiras eleições diretas para governador de Estado. Estava se renovando, também, todo o Congresso Nacional, com exceção dos “senadores biônicos” e aqueles que haviam sido eleitos em 78. Mais uma vez, a oposição obteve uma vitória moral sobre a ditadura, elegendo os governadores e senadores nos principais estados. Brizola foi eleito no Rio de Janeiro, Franco Montoro em São Paulo, Tancredo em Minas Gerais, José Richa no Paraná. A oposição também conseguiu a maioria bruta dos votos em todo o país, porém, mais uma vez, no nordeste a máquina do governo assegurou a maioria no Senado e na Câmara, travando qualquer possibilidade de mudança mesmo que dentro da ordem estabelecida. Parecia que a continuidade do regime estava assegurada para referendar o nome indicado para suceder Figueiredo no Colégio Eleitoral que iria se reunir em janeiro de 1985. No entanto, assim como quando começou o fechamento do regime, os desdobramentos pareceram sair do controle da cúpula das Forças Armadas, quando começou a abertura, o processo tomou o caminho do imprevisível - comprovando mais uma vez a volubilidade da maioria dos políticos civis que mantiveram a tradição de caminhar de acordo com a direção para onde os ventos estavam soprando.

## O Crepúsculo da Ditadura (1982-5)

### A Mudança Dentro da Ordem

Mais uma vez os resultados trazidos pelas urnas mostravam as condições institucionais do país e os limites que poderiam ser alcançados dentro da ordem política estabelecida pelo regime militar. Se a oposição obtivera vitórias expressivas no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais, além de outros estados como o Paraná, Amazonas e Goiás, foi derrotada em estados importantes do Sul – Rio Grande do Sul e Santa Catarina -, e até mesmo humilhada no nordeste. Mas o resultado era previsível. A força das oligarquias do nordeste, escorada na ARENA, não poderia ser desfeita de forma rápida – como de resto perpetua-se até os dias de hoje. Uma mostra clara dessa força ocorreu na Bahia de Antonio Carlos Magalhães. Faltando duas semanas para a eleição, o candidato oficial a governador do carlismo, Cléssio Andrade, morreu num acidente aéreo. O coronel baiano nomeou o seu substituto, João Durval, que não teve nenhuma dificuldade para vencer a disputa – numa demonstração de pura e simples transferência de voto de um candidato para outro. Ou seja, qualquer que fosse o candidato indicado pelo carlismo teria vencido a eleição da mesma maneira.

No entanto, o ano de 1982 representou uma mudança sensível no ambiente político do país. De fato, a abertura caminhava, mesmo que lentamente, em direção a uma descompressão do sistema, ampliando as liberdades políticas e institucionais. A posse de Brizola no Rio de Janeiro, apesar de toda oposição do governo e de grandes empresários, ocorreu dentro da normalidade. O restabelecimento das eleições diretas para governadores abriu espaço para o surgimento, e ressurgimento, de lideranças políticas que marcariam os anos 80 e 90 no país. O retorno de lideranças como Brizola e Arraes (mesmo que derrotado em Pernambuco por Roberto Magalhães), apontava para uma certa nostalgia dos anos 60 quando eram os expoentes do getulismo. Em São Paulo, as figuras de Franco Montoro, Orestes Quércia e um certo sociólogo chamado Fernando Henrique Cardoso (suplente de Montoro no Senado), abriam novas perspectivas políticas para a oposição – mesmo que limitada pelo *timing* imposto pelo regime. As mudanças, mesmo que vagarosas, pareciam estar ocorrendo num cenário político há tanto tempo marcado pela repressão e pelos casuísmos que ajudavam a legitimar o regime.

Essas mudanças políticas que estavam ocorrendo no país só não foram mais rápidas e profundas em função dos dispositivos institucionais que foram colocados, justamente, para frear os anseios de transformações que pudessem conter alguma dose de radicalismo. Os militares, conscientemente, quiseram ditar as regras do jogo mesmo depois que estivessem fora do poder. Não era confiável deixar essa tarefa para os civis, mesmo para as oligarquias que se mostraram fiéis ao longo do regime. Por isso, apesar da vitória nos principais estados e para o Senado, a oposição, mesmo reunida, não conseguiu obter a maioria de nenhuma das Casas do Congresso. Isto porque, o mandato dos senadores biônicos, indicados em 1978, iria até 1986, garantindo dessa forma uma expressiva vantagem para o governo. Ao mesmo tempo, se a oposição venceu em Estados importantes, perdeu em todos os Estados do nordeste – o que totalizava nove senadores. Fazendo um balanço das eleições para o Senado, a quantidade de cadeiras obtida pela

oposição ficou muito aquém da porcentagem de votos que ela havia alcançado.

A mesma desproporcionalidade será observada na eleição para a Câmara dos Deputados. Devido ao sistema de distribuição de cadeiras por Estado, os militares haviam inflado artificialmente o número de deputados por Estado, favorecendo os Estados menos populosos e onde a ARENA possuía uma penetração maior através da máquina dos governadores (eleitos indiretamente). Era uma espécie de retorno a um coronelismo da pior espécie, marcado pela prepotência, arbitrariedade, corrupção, desmando e clientelismo. Uma política miúda, mas de consequências fundamentais para a nossa cultura política. Assim, os militares haviam estipulado um piso e um teto para a quantidade de deputados federais por Estado, fixados, respectivamente, em oito e sessenta. Fazendo uma conta rápida, percebia-se facilmente que Estados como São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, com grande densidade eleitoral, estavam sub-representados em comparação com os pequenos estados (em população principalmente) super-representados como Piauí, Paraíba, Sergipe e mesmo outros da região Norte como Acre e Amazonas. Um mecanismo que se fosse efetuado democraticamente serviria para corrigir eventuais distorções, feito arbitrariamente e para favorecer as tradicionais oligarquias e suas práticas políticas abomináveis, acabou servindo apenas para aumentar ainda mais as distorções já existentes.

Restou à oposição aceitar o calendário político imposto pelo governo Figueiredo e buscar alternativas dentro desses estreitos limites institucionais. De um lado, confiando no desgaste natural do regime, prestes a completar vinte anos de existência. Por outro lado, a oposição também aguardava o recrudescimento dos movimentos sociais que poderiam ser coordenados e controlados pelos diversos partidos políticos que surgiram a partir de 79. O trabalhismo à moda do PTB já se encontrava desgastado (e esquecido) nos grandes centros urbanos; daí a interessante ascensão do PT e de Lula, trazendo um sindicalismo aparentemente renovado, livre do peleguismo do passado, e por isso, mais combativo e reivindicativo no que se refere às condições de vida dos trabalhadores. O intenso apoio (e confiança) dos intelectuais quanto ao projeto do PT irá se estender pelos vinte anos seguintes à sua fundação. Porém, o partido de oposição que ainda poderia ser o grande coordenador das mudanças, mesmo que dentro da ordem, era o velho MDB, que reunia a maioria da oposição e contava com a experiência de ter convivido todo esse tempo próximo às variações do humor dos militares.

### **A Corrosão Interna do Regime**

O desgaste do regime militar era inevitável. Ao longo do governo Geisel, a tentativa de manter as taxas de crescimento da época do “milagre”, mostrou-se simplesmente inviável diante da conjuntura econômica internacional. A prolongada recessão mundial, associada ao segundo choque do petróleo (1979-80), somando-se ainda a escalada da inflação e da dívida externa sufocavam a economia interna e impediam a retomada de um processo de crescimento econômico mais relevante. A opção por medidas recessivas que equilibrassem a economia e contivessem a inflação foi descartada como demonstração de fraqueza por parte do governo. Daí o retorno de Delfim

Netto como ministro da Fazenda, substituindo Mário Henrique Simonsen, o preferido nos meios militares, mas sem apoio no meio empresarial, leia-se a Fiesp, que tanto havia se fartado na época do “milagre”. Contra a própria vontade, Delfim se viu obrigado a administrar um período de recessão econômica sem poder fazer muita coisa senão pedir a moratória da dívida externa e assistir a alta da inflação rumo à estratosfera.

A moratória decretada em 1982 sinalizava, claramente, o fim do período de expansão econômica dos anos 70 e levada em marcha forçada no governo Geisel. Era preciso buscar um novo padrão de financiamento do crescimento econômico sem contar, exclusivamente, com os fartos recursos externos agora escassos. A alta da inflação acompanhava o ritmo da crise econômica que se instalava no país, alcançando inacreditáveis 100% em 1982 e dobrando nos anos seguintes. Daí em diante, os índices inflacionários passaram a ser medidos em dois dígitos a cada trinta dias. Numa economia comandada pela correção monetária, a alta dos preços contaminava todos os setores e todos os agentes, onde qualquer elevação dos preços era repassada, realimentando a inflação futura. Quando os agentes econômicos se familiarizaram com essa situação, a expectativa de inflação futura já era repassada nos preços antecipadamente, tornando a inflação um processo inercial que tomou conta da economia do país nos dez anos seguintes. Posteriormente, sempre que confrontado com o desastre a que conduziu o país, Delfim Netto reagia tentando inverter a questão: “por que não perguntam os motivos pelos quais a inflação não atingiu patamares mais elevados?” Ou seja, ainda teria sido um mérito do governo, para Delfim Netto, o país chegar em 1985, ao final do mandato de Figueiredo, com uma taxa de inflação beirando os 400% ao ano. Vinda de um tecnocrata, a afirmação não causa muito espanto. No entanto, para a sociedade civil, a situação não parecia tão tranqüila quanto para o governo. Com a liberalização do regime, as notícias e as análises sobre o governo se propagavam rapidamente. Não era possível filtrar apenas as notícias boas - praticamente inexistentes no governo Figueiredo. Ao contrário, as notícias negativas passaram a ser veiculadas em grande quantidade. Críticas ao modelo de crescimento adotado pelos militares, casos de corrupção com o dinheiro público, desperdício e ineficiência por parte de ministérios etc., davam o tom das críticas ao regime. Além das camadas mais baixas da sociedade, a classe média também foi atingida no seu coração - qual seja a sua renda. Sempre temerosa de sua condição, a classe média passou a ser cada vez mais crítica ao regime militar que tantos benefícios trouxe a ela na época do “milagre”. De certa forma, é a extrema volubilidade da nossa classe média, sempre preocupada com os seus ganhos, que tem proporcionado um certo dinamismo em nosso processo político. As idéias de democracia e justiça social passam ao largo das preocupações da classe média desde que sejam preservados os seus ganhos e a permissividade quanto aos seus costumes.

Essa situação explica, em grande parte, a animosidade pessoal do então presidente com a imprensa. Com o passar do tempo, Figueiredo foi se tornando cada vez mais arreado, ressentido e, por fim, impaciente, com os jornalistas. Parecia que o general que foi alçado à presidência se sentia injustiçado com o seu destino: ter que administrar um regime em crise,

<sup>14</sup> Apesar dos graves problemas de coração enfrentados por Figueiredo durante a presidência, o ex-presidente veio a falecer somente em 1999, vivendo anonimamente (até onde isso era possível) no Rio de Janeiro, enfrentando, inclusive, dificuldades financeiras no final de sua vida.

desprestigiado em todos os meios, obrigado a cumprir um mandato de seis anos que lhe fora concedido justamente para dar uma sobrevida ao regime do qual fazia parte. A insatisfação pessoal do presidente era cada vez mais evidente; daí a última de suas frases desastradas que ficaram gravadas para a posteridade: “quero que me esqueçam”. Dessa situação, talvez, adveio grande parte dos problemas de saúde que Figueiredo enfrentou ao longo do mandato que o obrigou, inclusive a se manter afastado do poder por períodos prolongados para tratamento nos EUA<sup>14</sup>. Não era uma situação agradável para alguém que havia servido tão fielmente ao regime: primeiro como chefe do SNI no governo Costa e Silva e, posteriormente, como chefe do Gabinete Militar durante o governo Geisel.

A crise econômica, associada às condições de saúde de Figueiredo, acabou tendo um outro efeito inesperado para os militares: a antecipação da sucessão presidencial. E, na medida do possível, a sucessão de Figueiredo passava ao largo das Forças Armadas, ensaiando uma medida adiada várias vezes, qual seja, o retorno do poder para as mãos dos civis. Essa era uma visão compartilhada, inclusive, pelo PDS (a antiga ARENA) que começava a se ressentir dos constantes adiamentos impostos pelos generais desde a sucessão de Castelo Branco. Carlos Lacerda e Magalhães Pinto foram os civis que apoiaram os militares em 64 que mais se ressentiram com essa situação<sup>15</sup>. A corrida sucessória antecipada desarticulou os próprios militares que ficaram sem direção quando o próprio presidente se mostrava relutante em assumir o comando do processo. Na falta de uma liderança mais empenhada, os militares acabaram perdendo o controle de todo o processo de continuidade de um regime que Geisel, com o Pacote de 77, havia tratado cuidadosamente de planejar a sua perpetuação por mais um período de seis anos.

No início da década de 80, o país assistiu, de forma um tanto quanto surpreendente, o renascimento dos movimentos sociais de rua. É claro que as greves dos metalúrgicos do ABC paulista, em 78-79, já prenunciavam esse acontecimento. Todavia, a impressão naquele momento era que o movimento dos metalúrgicos ainda era um movimento classista nos moldes do sindicalismo do passado. Em 1983, a situação parecia ser diferente. A partir de uma iniciativa inocente, Oliveira conseguiu colocar em evidência uma emenda constitucional que defendia a eleição direta para presidente já para o sucessor de Figueiredo. Tomada como uma simples provocação de um jovem deputado - assim como o discurso de Márcio Moreira Alves em 1968 - a emenda, inicialmente, não foi levada a sério nem mesmo pela oposição. Porém, a idéia foi tomando as ruas e o PMDB se viu obrigado a abarcar a tese das “Eleições Diretas-Já”, algo para a qual a oposição não estava preparada. De forma até oportunista, o PMDB, e a oposição em seu conjunto, tomou para si a mobilização popular pelas eleições diretas para presidente. Gigantescos comícios foram realizados reunindo centenas de milhares de pessoas em várias cidades do país.

No entanto, para ser aprovada pelo Congresso, a emenda deveria ter 2/3 dos votos - uma tarefa na prática irrealizável. Mesmo com todas as pressões em sentido contrário, no dia 25 de abril o Congresso votou a emenda Dante de Oliveira.

Foram 298 votos a favor e 65 contra. Faltaram 22 votos para a oposição conseguir uma façanha. No entanto, atendendo as pressões dos militares, 115 deputados se ausentaram da votação. Tanto esforço, talvez, não fosse tão necessário, pois o governo possuía a maioria absoluta no Senado - contando com os senadores biônicos de 78. O presidente do PDS garantia que a emenda jamais seria aprovada no Senado. O presidente em questão era o então senador José Sarney - um político que cresceu nas sombras da ditadura militar e se tornou um dos homens mais ricos do Maranhão a partir da década de 60, quando foi governador do Estado indicado pelos militares e senador da ARENA, onde se tornou um dos civis de confiança do regime militar - juntamente com Antonio Carlos Magalhães da Bahia que teve uma trajetória política similar.

Quando explodiu a campanha das Diretas-Já, no início de 84, os militares já haviam perdido o controle sobre a sucessão de Figueiredo. Havia a esperança de que sobressaísse como candidato do PDS o nome de Mário Andreazza, coronel reformado do Exército que se destacou como um dos militares que mais se enriqueceu a partir de 64 através de negócios nebulosos até hoje inexplicados, reconhecido pela sua extrema capacidade de sobreviver nas sombras do poder. Andreazza foi ministro do Interior e dos Transportes nos governos Costa e Silva, Médici e Figueiredo. O fato de ser coronel o deixava desprestigiado perante a cúpula das Forças Armadas, mas foi o único nome que restou entre os militares para a sucessão de Figueiredo. Isto porque, atropelando a máquina do PDS, o então ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, se impunha como o nome do partido para disputar a eleição indireta pelo Colégio Eleitoral - assim como fizera em 78 na escolha para governador de Estado -, passando por cima dos nomes mais palatáveis à cúpula das Forças Armadas. Além de desafiar os militares, Maluf também era dono de meios peculiares para aliciar eleitores a seu favor, o que deixava militares e civis um tanto quanto preocupados. Na Convenção do PDS, realizada em maio de 84, Maluf detonou a candidatura de Andreazza e, sorridente, já contava com a sua vitória no Colégio Eleitoral que se reuniria em janeiro de 1985.

Maluf era o típico representante dos setores mais conservadores da sociedade que já não aceitavam o desgaste dos militares para intermediar a manutenção dos seus privilégios - sejam eles políticos ou econômicos. Na falta de um candidato melhor, resolveram se aventurar com um personagem que havia sido dócil com os militares mesmo quando se apresentava como um rebelde. Maluf era a exata encarnação dos ideais dos conservadores, tendo à frente pessoas como Delfim Netto e Roberto Campos, ou seja, a representação da mudança sem mudança tão típica dos nossos liberais. Era a continuidade do regime sem deixar transparecer que o fosse. Por isso, pôde desafiar, na aparência, o *status quo*, porque representava os interesses de uma parcela significativa dos civis que recusavam, sutilmente, a tutela dos militares depois que eles realizaram a parte mais suja do serviço, ou seja, limpavam o caminho para a dominação de uma burguesia frágil e volúvel. Andreazza ainda encarnava a tutela dos militares sobre os civis - algo que depois de vinte anos já se tornara desnecessário. Não é sem razão que os militares se sentiram

<sup>15</sup> É sabido que Magalhães Pinto foi uma voz isolada contrária à candidatura de Figueiredo já em 77, tentando articular sua própria candidatura reunindo o MBD e os dissidentes da ARENA. Os anos de 1976 e 77, por sua vez, foram particularmente ruins para os civis de todos os espectros políticos: em agosto de 76 morreu JK, em dezembro morreu Jango, e em maio de 77 foi a vez de Carlos Lacerda.

traídos pelos civis.

No entanto, a imposição do nome de Maluf como candidato oficial teve outros efeitos colaterais. Isto porque, descontentou amplos setores das oligarquias nordestinas que se sentiam inseguras quanto à ascensão de um nome tão estranho ao seu meio. Os militares ofereciam um certo conforto às oligarquias - e uma confiança que elas não tinham em Maluf e o seu grupo que ascendiam ao poder. Era preciso encontrar um nome mais condizente com as necessidades de preservação do poder das oligarquias. Com o nome de Andreazza derrotado na convenção do PDS, era preciso encontrar outros caminhos para assegurar a manutenção do poder por parte das oligarquias.

A oportunidade surgiu quando o PMDB começou a vislumbrar a sua vitória no mesmo Colégio Eleitoral que havia podado a oposição desde 64. As articulações começaram timidamente, com o objetivo de encontrar um nome palatável aos militares e aos conservadores ao mesmo tempo, anulando a vantagem de Maluf. Era certo que nomes como o de Ulysses Guimarães e Franco Montoro não seriam os mais indicados. Foi quando o PMDB começou a cogitar o nome do então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, conhecido por seu caráter moderado e conciliador. Tancredo foi ministro da Justiça de Vargas na época da crise de 54, foi primeiro-ministro de Jango na crise de 61, conseguindo contornar os obstáculos políticos através do diálogo e do entendimento. O problema é que Tancredo havia sido eleito governador de Minas em 1982, estando, portanto, na metade de seu mandato. Renunciar ao governo para embarcar em uma aventura não seria do feitio de Tancredo Neves - uma velha raposa da política mineira, educado no PSD dos anos 50.

O fato novo na sucessão de Figueiredo - e que convenceu Tancredo a concorrer como candidato da oposição - foi a divisão dentro do próprio PDS. Como o processo sucessório já estava fora do controle dos militares, lideranças governistas importantes se sentiram livres para implodir o partido de sustentação do governo e apoiar uma candidatura da oposição. É claro que os dissidentes do PDS, na verdade, não aceitavam a candidatura de Maluf e os seus métodos de aliciamento considerados modernos pelos velhos coronéis do nordeste. Assim, figuras como Sarney, Antonio Carlos Magalhães e Marco Maciel, se desligaram do PDS, formando uma poderosa dissidência, a Frente Liberal, que tornaria possível levar um candidato da oposição à vitória no Colégio Eleitoral. O preço a ser pago pelo PMDB não seria baixo, como se viu pelos desdobramentos subsequentes, mas a avaliação corrente era que valia a pena. Assim, nessa composição, nasceu a Aliança Democrática, que lançou a chapa Tancredo-Sarney para disputar a eleição indireta que ocorreria em janeiro de 85. O PT foi o único partido da oposição que não aceitou o acordo para eleger Tancredo Neves.

Na data marcada, a composição da Aliança Democrática venceu de maneira esmagadora, com os votos dos dissidentes do PDS e com o apoio de vários governadores eleitos em 82 graças à máquina do PDS. Foram 480 votos para Tancredo e 180 para Maluf. Para as velhas oligarquias, o nome de Tancredo era mais aceitável do que de Paulo Maluf - um

político imprevisível e dito *moderno* pela direita. Um adjetivo que assustava os setores mais reacionários. O que veio depois se constitui num capítulo à parte de nossa história. Tancredo não tomou posse e Sarney se tornou o presidente do país por causa de uma dessas fatalidades históricas que ninguém pode explicar. A imagem que ficou de Figueiredo foi a sua recusa (com certa razão) em passar a faixa presidencial a Sarney e saindo, sozinho, do Palácio do Planalto pela porta dos fundos. Naquele momento, Figueiredo era o símbolo mais bem acabado da solidão que toma conta daqueles que se despedem do poder. É assim que se encerrou um dos capítulos mais melancólicos da nossa história.

## Conclusão

### A persistência do conservadorismo

Após quarenta anos do Golpe e vinte do encerramento do regime militar, os acontecimentos daquela época vão se tornando uma página virada da nossa história. Para as novas gerações, coisas como repressão, tortura, guerrilha, generais-presidentes, ditadura, anistia e outros termos só fazem sentido como referências a países distantes como o Iraque ou algo parecido. Infelizmente, a memória coletiva vai se enfraquecendo mais rapidamente, mesmo sobre o passado histórico mais recente e começamos a pensar, seriamente, que o passado não possui mesmo muita relevância num presente que exige novidades continuamente, numa sociedade tragada pela ilusão da mudança permanente como forma de evitar a compreensão de si mesma. Tentar olhar o passado como processo que moldou o nosso presente tornou-se um pecado capital, que os ideólogos de plantão logo tratam de condenar taxando essas ações de romantismo ou saudosismo. O culto ao tempo presente condena a história a ser lançada no imenso abismo do esquecimento.

No entanto, muitos aspectos que estamos vivenciando nas várias esferas da nossa vida social são, ainda, desdobramentos do regime militar. Não se trata de colocar todos os vícios do nosso sistema político ou todas as deficiências estruturais da economia nas costas dos governos militares. Talvez, o que os militares promoveram foi uma ampliação e um enraizamento desses vícios em nossa sociedade - e por serem vícios, acabam por transparecer como sendo algo absolutamente normal. E esse processo é mais evidente na esfera política - o que não exclui o comportamento econômico e social que faz parte da nossa tradição.

Nesse sentido, o aspecto mais relevante que parece sobressaltar em nossa realidade é a capacidade de sobrevivência do conservadorismo na política brasileira. Durante o regime militar, os conservadores puderam aproveitar-se de uma posição confortável tanto política quanto economicamente. Os militares, mesmo apreciando um discurso modernizador e moralista, pouco ou nada fizeram para transformar os costumes da nossa elite, sempre ansiosa em buscar maiores privilégios concedidos pelo poder público. Ao contrário, os militares se aproveitaram, de acordo com os seus interesses, dessa "fraqueza" da elite para cooptá-la e silenciá-la diante das atrocidades que eram cometidas, tanto no campo da repressão física quanto, por exemplo, ao descomunal processo de concentração de renda. Diante de um projeto nacional tão elitista e excludente, não foi difícil cooptar a nossa nascente classe média cuja característica indelével é a sua

volubilidade.

Por isso, mesmo depois de vinte anos do encerramento do regime militar, os conservadores ainda podem ditar as regras do jogo político num ambiente pretensamente democrático. Quando conseguiram se desvencilhar da tutela de um regime de exceção, os conservadores puderam elaborar o seu próprio projeto de poder que passava pela adoção de todos os mecanismos institucionais – Constituição, três poderes, eleições diretas e assim por diante – sem comprometer a sua dominação de classe. Podemos ver essa manifestação de poder nas figuras atuantes de José Sarney, Antonio Carlos Magalhães, Jorge Bornhausen, Paulo Maluf e mesmo outros nomes egressos da oposição que mantiveram uma prática política voltada para atender os seus próprios interesses como Orestes Quércia, Jader Barbalho e Íris Rezende. É uma prática política arcaica baseada essencialmente na corrupção e no clientelismo.

Para muitos seria apenas uma questão de tempo a modernização do nosso sistema político, esperando que essa geração de políticos desapareça. Todavia, a persistência das forças conservadoras está justamente na sua extrema capacidade de renovação dos seus quadros, geralmente ligados por laços familiares, onde os mais jovens vão herdando o poder e a clientela dos mais velhos. Prestemos atenção em casos como o de Collor de Mello, Roseana Sarney, Ciro Gomes e o falecido Luis Eduardo Magalhães que despontava como uma das principais lideranças no campo conservador. Mesmo os grupos de centro se vêem obrigados a compor com os setores mais conservadores, sob a justificativa de garantir uma certa governabilidade ao país. Por mais que não se pretenda, os setores que se colocam como modernos se tornaram reféns dessa situação política. O mais triste é que uma das poucas alternativas a esse conservadorismo tem sido o mais crasso populismo como são os casos do lendário Brizola e, especialmente, do folclórico Anthony Garotinho no Rio de Janeiro. Essa situação mostra, também, a incompetência das esquerdas em moldar um projeto político nacional sem cair no radicalismo ou na simples demagogia.

Esse fato demonstra, de maneira triste, também, a incapacidade das esquerdas em compor um campo político onde pudessem atuar em busca de uma alternativa de poder ou de estabelecer um projeto político para o país. A heterogeneidade dos partidos de esquerda, somada às idiossincrasias de seus líderes, tem inviabilizado qualquer tentativa de unidade das esquerdas. A esquerda, no Brasil, curiosamente, tem servido mais como uma aliada da direita do que uma autêntica oposição aos grupos conservadores que se perpetuam no poder. Esses erros políticos da esquerda se reproduzem desde antes do Golpe de 64, sob a liderança de Luis Carlos Prestes, e continuam a se manifestar mesmo vinte anos após o fim do regime militar. Apesar disso tudo, bem que o país merecia um destino político menos trágico.

### Bibliografia

BENEVIDES, M. V. de M. **O governo Jânio Quadros**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BETING, J. **Os juros subversivos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, F. H. **A construção da democracia**. São Paulo: Siciliano, 1993.

FALETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: LTC, [S.l.].

D'ARAÚJO, M. C. S. **O segundo governo Vargas 1951-54: democracia, partidos e crise política**. São Paulo: Ática, 1992.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOLDENSTEIN, L. **Repensando a dependência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1998.

\_\_\_\_\_. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

ORTIZ, R. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PILAGALLO, O. **O Brasil em sobressalto**. São Paulo: Publifolha, 2002.

SADER, E. **Um rumor de botas**. São Paulo: Polis, 1982.

SINGER, P. **A crise do "milagre"**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKIDMORE, T. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TOLEDO, C. N. de. **O governo Goulart e o Golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

